



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

OBJETIVO: Apresentação do Painel de Referência da Matriz de
Planejamento da Auditoria Operacional sobre Educação
Inclusiva no Estado.

EM: 21.11.2022

INÍCIO: 15h41min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. JAMILTON DA SILVA COSTA (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, boa tarde. Chamo-me Jamilton, sou alto,
pele morena, Mestre de Cerimônias desta Audiência Pública.
A Assembleia Legislativa, atendendo ao Requerimento do
Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, após
aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para
apresentação das conclusões da Auditoria na Educação

Especial sob a perspectiva da educação inclusiva no Estado de Rondônia pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube, pela Rádio Assembleia e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, proponente desta Audiência Pública.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Willliames Pimentel.

Excelentíssimo Senhor Dr. Paulo Curi Neto, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Excelentíssima Senhora Ana Lúcia da Silva Silvino Pacini, Secretária de Estado de Educação - Seduc.

Excelentíssimo Senhor Dr. Eduardo Guimarães Borges, Defensor Público do Estado de Rondônia.

Excelentíssimo Senhor Dr. Pétersen Henrique Nascimento, Presidente da Comissão Especial de Defesa das Pessoas com Deficiência da OAB/RO.

Excelentíssima Senhora Adir Josefa de Oliveira, Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP.

Excelentíssima Senhora Marcilene Rodrigues da Silva, Secretária Municipal de Educação de Pimenta Bueno, representando a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Neste momento, sua excelência, o Deputado Estadual Cirone Deiró procederá à abertura desta solenidade.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para apresentação das conclusões da Auditoria na Educação Especial sob a perspectiva da educação inclusiva no Estado de Rondônia pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE.

O SR. JAMILTON DA SILVA COSTA (Mestre de Cerimônias) - Convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia". (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Gostaríamos de agradecer a presença nesta Casa de Leis das autoridades presentes.

Senhores Vereadores Amilton Souza, Presidente da Câmara Municipal de Pimenteiras; e Luiz Carlos, Vereador de Pimenteiras;

Senhor Vereador Jefferson Eduardo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste;

Excelentíssimo Senhor Cícero Godoi, Prefeito Municipal de Castanheiras;

Senhora Sirleia Araújo, Diretora da Escola Bilíngue de Porto Velho;

Senhora Nilza Maria, Presidente da Associação de Pais e Amigos de Autistas de Rondônia;

Senhora Tamara Kasper, Gerente de Educação Básica da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) - Porto Velho;

Excelentíssimo Senhor Aldair Júlio Pereira, Prefeito Municipal de Rolim de Moura;

Senhores Vereadores Indiomarcio Pedroso, Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste; Juniomar Melo, Vereador de Alta Floresta D'Oeste;

Senhora Maria Aparecida Ferrari, Secretária Municipal de Educação de Castanheiras;

Senhor Jorge Augusto, Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Pimenteiras do Oeste;

Danilo Ramos, representando a Associação de Surdos de Porto Velho;

Vereador Rafael da Silva Souza, Presidente da Câmara Municipal de Pimenteiras do Oeste;

Senhor Valdemir Lucas, Diretor do Centro de Autismo de Cacoal;

Vereador Vilson Preve Peixer, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste;

Vereadora Marlene Costa, Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis;

Senhor Gildeon Alves da Cruz, Secretário Municipal de Educação de Cacoal;

Vereador Izaias Jovino, Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis;

Senhora Kétilla Batista, chefe de Educação Especial da SEMED;

Vereador Jacó de Andrade, Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste;

Vereador Daniel de Souza Lopes, Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste;

Senhora Belizia Queiroz Vieira, Chefe de Gabinete, representando a SEDEC/RO (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico);

Dra. Juliana Volpi, advogada, representando a Associação dos Deficientes Visuais de Rondônia;

Excelentíssima Senhora Defensora Pública Flávia Albaine, professora, mestre e pesquisadora;

Senhora Vereadora Mineia da Silva, Câmara Municipal de Itapuã do Oeste;

Senhoras Vanuza Calixto e Zaina Sabina, representando o Movimento Mães Coragem;

Senhora Juliane Rezende, Diretora de Departamento de Políticas Educacionais, representando a SEMED, Porto Velho;

Senhor Agenor Fernandes, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação;

Professora Claudete Neves, Diretora de Inclusão e Diversidade do IFRO (Instituto Federal de Rondônia);

Senhor Reginaldo de Lima, Secretário Municipal de Machadinho D'Oeste, representando a Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste;

Senhor Flávio Mendes, Chefe de Núcleo de Educação da SEJUS/RO (Secretaria de Estado da Justiça);

Coronel da PM Valnice Almeida, representando a Secretaria de Segurança Pública, SESDEC/RO (Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania);

Senhor Márcio Magalhães, Secretário Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé;

Vereador Toinho da Bateria, Câmara Municipal do Vale do Anari;

Vereador Manoel Gomes, Câmara Municipal do Vale do Anari;

Senhor Oriel Klamerick, Secretário Municipal de Educação do Vale do Anari;

Senhor Dr. Flávio Rychecki Hecktheuer, Presidente da Mantenedora da Faculdade Católica de Rondônia;

Professora Dra. Marcia Abib Hecktheuer, Reitora da Faculdade Católica de Rondônia;

Senhora Ceíça Pinheiro, Secretária de Educação do Município de Candeias do Jamari;

Vereadores do município de Costa Marques, senhores Elizeu Biazini, Merinalda de Oliveira Rodrigues, Lucineia Porto – a Professora Lu –, Algemiro da Silva, também professor.

Senhor Professor Pedro Abib Hecktheuer, Diretor da Faculdade Católica do Estado de Rondônia;

Professora Irany Oliveira Lima Moraes, Diretora-Geral de Educação da SEDUC/RO;

Senhora Angélica de Souza Peralta, representando a Secretaria Municipal de Educação de Chupinguaia;

Senhora Iaane Aparecida da Graça Cordeiro, Secretária Municipal de Machadinho D'Oeste.

Tenente PM Garibaldi, Diretor Adjunto do Colégio Tiradentes, Unidade VII;

Excelentíssimo Senhor Cláudio Roberto de Oliveira,
Secretário Municipal de Educação de Seringueiras;

Senhora Elenice Salete Medeiros Piana, Secretária
Municipal de Educação de Ariquemes;

Senhora Rute Alves da Silva Carvalho, Secretária
Municipal de Educação de Itapuã do Oeste;

Senhor Sabiá, Assistente Social do Colégio Estadual
Carmela Dutra;

Senhor Alexandre Almeida, representante do IPEM –
Instituto de Pesos e Medidas;

Senhor Ronaldo Frigo dos Anjos, Secretário Municipal de
Saúde de Castanheiras.

Excelentíssimo Senhor Denivaldo Mendonça, Vereador da
Câmara Municipal de Monte Negro;

Senhor Francisco Régis Ximenes de Almeida, Secretário
Adjunto de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado
de Rondônia;

Senhor Antônio Carlos Bossani, Presidente da APAE;

Coronel do Corpo de Bombeiro Gilvander Gregório de Lima,
Diretor-Geral da Agevisa.

Antes de passar a palavra ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Cirone Deiró, gostaria de pedir aos que vão fazer
uso da palavra para fazer sua audiodescrição.

Passo a palavra ao Deputado Cirone Deiró para conduzir,
a presente Audiência Pública.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado. Antes de
fazer o cumprimento, quero fazer minha audiodescrição. Nós

temos pessoas com deficiência visual participando aqui conosco. Sou uma pessoa de cor branca. Poucos cabelos. Estou usando a camisa branca, terno azul, gravata azul e com botão de deputado estadual.

Quero desejar uma boa tarde a todos vocês. Extremamente feliz com mais uma Audiência que nós estamos realizando aqui na Casa de Leis, na Assembleia Legislativa. Agradecer a todos vocês do plenário, as famílias que estão aqui, os alunos, pesquisadores, doutores, as pessoas que estão engajadas nessa causa. Vários rostos conhecidos aqui. Só do Tribunal de Contas, fora as que eu fiz pela Assembleia Legislativa é a 3ª audiência que nós fazemos. Para nós é um motivo de satisfação, de alegria e, acima de tudo, de compromisso com o povo rondoniense.

Quero deixar nossa saudação especial a todas as pessoas que estão nos acompanhando de forma on-line e remota. Nós tivemos muitas pessoas que gostariam de estar aqui conosco nessa tarde, mas que justificaram devido aos fechamentos, aos bloqueios existentes na BR. Às vezes abre, às vezes fecham e muitas dessas mães têm as suas crianças que são deficientes e ficaram temerosos de ficarem fechadas em um bloqueio. Então, fica aqui a nossa saudação especial a vocês. Aqueles que quiserem ter uso da palavra, ao final nós temos um link que você pode se inscrever e pode fazer uso da palavra ou pode acompanhar pela TV Assembleia, juntamente aos nossos canais do YouTube, do Facebook, do Instagram, que está sendo transmitido ao vivo.

Quero fazer os cumprimentos às pessoas que estão comigo à Mesa. Cumprimentar o Excelentíssimo Deputado Estadual – meu colega de Parlamento que tem contribuído muito aqui nessa Casa –, Deputado Pimentel, que está aqui há pouco tempo, mas tem trazido para nós um vasto conhecimento. Foi Secretário de Saúde, já ocupou várias pastas no serviço público e tem

contribuído com o nosso mandato. Obrigado, Deputado Pimentel, pelo prestígio de estar aqui nessa tarde conosco. Eu sei da sua defesa em favor do povo rondoniense. E fico aqui feliz e honrado de tê-lo aqui juntamente comigo.

Cumprimentar o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Paulo Curi. Em seu nome, Dr. Paulo Curi, em nome da Vanessa, do Bruno, cumprimentar todos os servidores, todos os auditores do Tribunal de Contas. É a minha felicidade, ter vocês como parceiros nessa auditoria que foi feita dentro do Estado de Rondônia. Tenho toda certeza de que a contribuição será de grande valia aqui para todos nós, principalmente para a nossa gente.

Cumprimentar a minha amiga, Secretária de Educação, Ana Lúcia Pacini. Tenho um grande apreço, uma grande amizade e sei do trabalho que a senhora tem feito ali, frente à Secretaria, juntamente com Irany, juntamente com a Heluizia, que está sempre aqui conosco. Obrigado pela presença de vocês. Em nome de vocês três, cumprimentar a todos os servidores da Educação, todos os coordenadores, professores, profissionais de apoio que são de suma importância. E será a Secretaria, das propostas que teremos aqui, com um cunho de grande responsabilidade, de nós ajudarmos a implementar aqui as sugestões dessa grande auditoria que foi feita dentro do Estado de Rondônia.

Cumprimentar o Eduardo, que está aqui conosco, Defensor Público, representando aqui o Presidente Dr. Hans; está aqui, também, a Dra. Flávia, que sempre está conosco debatendo e defendendo, aqui dentro do Estado de Rondônia, as pessoas com deficiência. Obrigado, Doutora; obrigado Dr. Eduardo. Levem o nosso fraterno abraço ao Dr. Hans.

Cumprimentar o Dr. Péterson, que está sempre conosco nessas Audiências, tem trazido sugestões, ideias e leva o

nosso abraço ao Presidente Dr. Márcio, Presidente da OAB. A OAB tem despertado nos municípios, nas seccionais do município, inclusive na nossa cidade de Cacoal, criado o setor para ajudar na defesa das pessoas com deficiência.

Senhora Adir, professora Adir, que é Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP, contribuindo conosco nesta Audiência, para que possamos estar avançando. E professora Marcilene, que está representando aqui a UNDIME, a classe que representa todos os Secretários Municipais de Educação de Rondônia. Então, Marcilene é da prefeitura do Município de Pimenta Bueno, da Secretaria de Educação de Pimenta Bueno, representando todos os Secretários, aos quais eu quero deixar meu cumprimento especial a cada um de vocês.

De suma importância essa participação da Secretaria de Estado da Educação, mas também das Secretarias Municipais. A nossa base começa lá, com vocês. Então, esse engajamento feito pelos Secretários Municipais, juntamente com o Secretário de Estado, o envolvimento do Tribunal de Contas, do grupo de governança aqui dentro do Estado de Rondônia, que foi uma criação daqui de Rondônia e vários Estados já copiaram esse modelo, com a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado, com certeza, nós vamos proporcionar dias melhores às famílias do Estado de Rondônia.

Eu não poderia deixar de cumprimentar, também a todos os Secretários em nome do Gildeon, que é lá da cidade de Cacoal, é o Secretário de Educação Municipal. Cumprimentar a todos vocês. O Valdemir, que é o Diretor do Centro Especializado de Autismo, lá da cidade de Vilhena, foi inaugurada há poucos dias; ficou um belíssimo centro lá, Dr. Curi. E que isso seja referência, também, para os demais municípios que ainda não têm esse fortalecimento.

Em 2019, eu fui procurado por um grupo de mães trazendo para mim a pauta das pessoas com deficiência no Estado. Então, foi o grupo das Mães Coragem, que está aqui representado. Na época, Flaviana, juntamente com algumas mães, e isso me contagiou de uma forma muito legal. Ouvir essas mães, ouvir as suas necessidades, de fazer com que tanto eu, como a nossa equipe tivéssemos um engajamento nesta causa. Então, em nome das Mães Coragem, cumprimentar as APAEs, que é o terceiro setor que faz um belíssimo trabalho dentro do Estado de Rondônia; CERNIC (Centro de Reabilitação Neurológica Infantil de Cacoal); CER (Centro Educacional de Rolim de Moura) em Rolim de Moura; CENAPE (Centro de Atendimento às Pessoas Especiais), em Pimenta Bueno. Todo o terceiro setor envolvido na causa.

Nós precisamos, sim, dar as mãos, para que a gente possa crescer, para que a gente possa fazer com que o rondoniense possa ter qualidade de vida. Não adianta nós fazermos pontes, não adianta nós fazermos asfalto, não adianta fazer prédios se nós não pensarmos nas pessoas. Eu sempre tenho dito isto nas reuniões e vou continuar repetindo: nós somos feitos de pessoas. Não adianta cidade sem movimento, gente pedalando, andando, criança correndo, as praças cheias de gente, porque nós somos feitos de pessoas. O que nos move são as pessoas. Então, o intuito é fazer com que essas pessoas tenham qualidade de vida e nós estamos aí com uma pauta super importante.

Cumprimentar aqui e agradecer de forma especial, ao Prefeito de Castanheiras. Nós temos dois prefeitos aqui conosco, se tiver mais algum, por gentileza se identifique. Nós temos aqui o Prefeito Cícero Godoi, ali do Município de Castanheiras; e o meu amigo pessoal, Aldo Julio, lá de Rolim de Moura, que me ajudou e tem sido um grande parceiro. Temos colocado recursos em Rolim de Moura, vamos continuar

contribuindo com os municípios do Estado de Rondônia. Obrigado a você, obrigado ao Cícero, e, em nome de vocês dois cumprimentar os demais 50 prefeitos aqui do Estado de Rondônia.

Vou fazer aqui uma breve leitura do que este momento representa para mim, para cada um de vocês, para a nossa equipe, para o nosso Estado de Rondônia, e, logo após, nós vamos ouvir aqui a palavra do meu colega Deputado Pimentel.

A nossa Secretária tem um compromisso mais tarde. Então eu gostaria que logo depois de mim a Secretária falasse. E aí vou passar a palavra ao Dr. Paulo Curi para ele fazer suas considerações e fazer a apresentação daquilo que foi feito na auditoria aqui no Estado de Rondônia. E pedir a colaboração dos colegas que estão à Mesa para nós fazermos a fala ao final, depois dessa apresentação, para que possamos, juntos, contribuir com aquilo que foi apresentado, se assim concordarem.

Com a apresentação do resultado da auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas na data de hoje, 21 de novembro de 2022, concluímos a primeira etapa do trabalho que iniciamos em 2019. Ainda me recordo que logo no início do meu mandato, fui procurado pelas mães que relataram os sérios problemas que enfrentavam por falta de vagas dos filhos com deficiência nas escolas.

Desde o início assumi o compromisso de fazer a interlocução com a Secretaria de Estado da Educação em busca de solução para esse grave problema. Depois de manter algumas reuniões com o titular da Seduc, em 27 de maio de 2019, realizamos aqui nesta Casa de Leis a primeira Audiência Pública para conhecer a atuação da Seduc na área da educação inclusiva.

Constatamos que as informações eram desconhecidas e que não existia uma política pública clara para a inclusão dos alunos com deficiência em sala de aula. Seguimos dialogando com o governo, como forma de solucionar o problema, apresentei proposta para a contratação e capacitação de cuidadores e mediadores pedagógicos para atender os alunos com deficiência.

Em 2020, fomos surpreendidos com as restrições impostas pela pandemia da covid. Nesse período, acompanhei a aflição das mães, pais e familiares que tiveram a rotina dos seus filhos alterada em razão do isolamento social e da consequente suspensão dos poucos serviços de atendimento aos filhos com deficiência.

De tanto ver as mães andando de um lado para o outro em busca de atendimento para seus filhos, apresentei ao governo proposta para criação da Secretaria ou superintendência da pessoa com deficiência. Essa é uma necessidade urgente. Precisamos centralizar todas as demandas das pessoas com deficiência em um único órgão governamental.

Recentemente conheci a Secretaria Estadual e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência em São Paulo e constatei os avanços que a implantação da Secretaria trouxe para a causa das pessoas com deficiência. Nesse sentido, estou mantendo entendimento com o Governador Coronel Marcos Rocha para que seja criada a Secretaria da Pessoa com Deficiência em Rondônia.

Já em relação à inclusão educacional dos alunos com deficiência, diante dos poucos avanços em relação ao atendimento educacional, em 2021, solicitei ao Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Paulo Curi, a realização de auditoria operacional no âmbito da educação inclusiva.

Prontamente a solicitação foi atendida e priorizada no plano de trabalho do TCE para 2022.

Em 16 de março de 2022, reunimos mães e especialistas da área nesta Casa de Leis para que apresentassem aos auditores do Tribunal de Contas as dificuldades vivenciadas pelos alunos com deficiência. Começou ali um trabalho minucioso e de muita dedicação dos auditores do Tribunal de Contas.

Em 24 de junho de 2022, realizamos mais uma Audiência para que os auditores do Tribunal de Contas de Rondônia, sob a coordenação da auditora Vanessa Valente, apresentassem o planejamento da auditoria operacional no âmbito da educação inclusiva.

E hoje, 21 de novembro, estamos reunidos aqui para conhecermos a conclusão desse trabalho que vai nortear a implantação da política pública de inclusão educacional em nosso Estado. Esse é um momento histórico, porque superamos a fase de que as mães e familiares reivindicavam e não tinham respostas para suas reivindicações. A partir de hoje, vamos ter informações estratégicas para colocarmos em prática a educação inclusiva em Rondônia.

Reconheço que a apresentação do relatório da auditoria operacional não resolverá os problemas que os alunos com deficiência enfrentam pela falta dos cuidadores, mediadores e profissionais capacitados para recebê-los em sala de aula. Mas, a partir desse documento entregue pelo Tribunal de Contas teremos informações substanciais para avançarmos na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no que diz respeito à educação inclusiva.

Com a apresentação do relatório da auditoria operacional no âmbito da educação inclusiva, o Tribunal de Contas de Rondônia entrega à sociedade e aos Poderes

contribuição histórica para a implantação da política de inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional.

Concluo dizendo que é importante salientar que os direitos são conquistados e nunca concedidos. Me dirijo às mães e aos familiares, especialmente àquelas que me trouxeram essa reivindicação. Foi a angústia, o inconformismo e o choro de vocês, sempre acompanhado de muita disposição de lutar pelos direitos dos seus filhos frequentarem uma sala de aula que possibilitou que chegássemos até aqui.

Essa luta não se encerra hoje, pelo contrário, iniciamos um novo capítulo nessa caminhada, em busca do direito dos alunos com deficiência.

Acredito que a partir desta auditoria Operacional, abrem-se novas perspectivas na defesa das pessoas com deficiência em Rondônia. Estamos juntos para acompanhar a efetivação da política educacional em nosso Estado e os demais direitos que as pessoas com deficiência ainda têm que buscar diariamente. Que Deus nos abençoe nessa caminhada.

Então, quero aqui agradecer ao Presidente Paulo Curi mais uma vez, por ter acatado essa demanda que levamos até o GAEPE (Gabinete de Articulação para Efetividade da Política a Educação em Rondônia) à época. Agradecer aqui os membros dessa comissão, que fez esta auditoria dentro do Estado de Rondônia, através do Supervisor Bruno Piana; a Coordenadora Vanessa Valente; o membro Leonardo Monteiro e a Maria Gleidivana de Albuquerque. A vocês, a nossa gratidão pelo trabalho executado dentro do Estado de Rondônia.

E, antes de passar a palavra ao Ilustríssimo Senhor Deputado Pimentel, eu quero aqui agradecer a Dra. Tércia Brasil, que está aqui conosco também. Encontrei ela no voo e sempre tem contribuído aqui conosco. Já citei aqui o nome

da Flávia, da Flaviana, as pessoas que realmente têm contribuído.

Agradecer a Ana Pacini - para mim, foi um diferencial tê-la como Secretária da Seduc. Nós percebemos o quanto essa Secretaria se tornou humanizada depois da sua entrada como Secretária.

Heluizia Mundim vem fazendo um trabalho ao longo dos anos, mas é uma andorinha, que precisa que essa andorinha se torne, ganhe corpo, para a gente poder avançar.

Vai ser apresentado o diagnóstico, não é? Vai ser apresentada a auditoria aqui, mas nós sabemos que não é só falar da educação inclusiva. Nós temos vários fatores que precisam acontecer para que isso seja verdadeiramente aplicado dentro do Estado. Desde instalação; de profissionais, nós vamos deixar que nossos auditores apresentem.

Então, Ana, queria fazer esse registro da minha felicidade de tê-la como Secretária, juntamente com a sua equipe frente à Seduc. E quero que você sempre conte comigo, com o meu mandato, para que possamos, se necessário for, remanejar recursos; se necessário for, fazer discussões com o governo, para que nós possamos cuidar dessas famílias aqui no Estado de Rondônia. Minha gratidão a você.

Quero aqui, passar a palavra ao Excelentíssimo Deputado Pimentel, para fazer uso da palavra. O senhor fique à vontade de usar a tribuna ou pode falar aqui mesmo da bancada, mas que tem o direito de fala para contribuir conosco nessa grande Audiência.

O SR. PIMENTEL - Boa tarde a todos, senhoras e senhores. Boa tarde ao Deputado Cirone por essa iniciativa de um homem

sensível, um homem de família e um homem trazendo à baila, uma discussão de uma política pública que há muito tempo já deveria ter sido institucionalizada no Estado de Rondônia, copiando outros centros do país, que já está avançada, já está implantada.

Quero agradecer também e homenagear o Dr. Paulo Curi, como Presidente do Tribunal de Contas, esse porto-velhense, esse rondoniense honrado, que sempre traz uma inovação pelo espírito, o espírito de homem público que é diferenciado, é fora da curva e só sob o seu comando, poderia vir, uma auditoria operacional, que retrata um anseio de muitas famílias há muito tempo.

E também para finalizar a homenagem à Mesa, a Secretária de Educação do Estado, eu cumprimento os demais membros da Mesa e gostaria de cumprimentar também, da plateia, a representante do grupo Mães Coragem, que eu sempre tive conversações, aproximação e uma ligação com a Flaviana - que eu acho que não está aqui, mas que deve ter a representante da entidade -, onde minha mulher sempre teve uma participação, minha esposa Joana, com esse grupo de mulheres, fazendo reivindicações, buscando soluções.

Esse é um dia que a minha emoção já vai aflorando porque eu entendo que, você discutir política para cuidar de pessoas é diferente de estar se pensando em capinar uma escola; aumentar o muro da escola, comprar carteira nova para a escola. Eu acho que quando está se discutindo, como o Deputado Cirone colocou, uma política pública de inclusão social para pessoas especiais, isso é um marco neste Parlamento. E é este Parlamento que tem uma obrigação de fazer o que está fazendo, por ter sido um mandato do povo.

Deputado Cirone foi reeleito, é um homem que merece a homenagem porque tem um mandato do povo, já a partir de 2023.

E essa política, tem que ser adotada – ainda estava discutindo há pouco com o Deputado Cirone e o Dr. Paulo Curi –, essa política tem que ser adotada com a participação do Executivo. E nós do Parlamento, do Poder Legislativo, fiscalizador e institucionalizador de marcos regulatórios, nós temos que fazer com que essa auditoria, extrairmos dela a essência e transformarmos em um marco regulatório obrigacional para incluirmos essa política na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual.

E já me disponho, diante da discussão que vamos finalizar até o dia 17 de dezembro, o orçamento para 2023. Eu inseri da minha Emenda individual – que eu tenho direito constitucional – R\$ 1 milhão para contribuir para a implantação dessa auditoria operacional, desse trabalho fabuloso que o Deputado Cirone e o Conselheiro Paulo Curi estão conseguindo fazer o embrião.

Nós sabemos que vai ter que ter uma disponibilidade do governo, da educação estadual, da educação municipal, dos prefeitos que aqui estão demonstrando interesse pela matéria, interesse por buscar soluções para um problema que antes ninguém teve coragem. Porque não é fácil esse assunto.

Esse assunto exige estrutura de pessoal, capacitação permanente, estrutura de sensibilidade, escolhendo as pessoas com perfil para atuar com esse público-alvo. E é dessa forma que nós temos que contribuir. Esta Casa cheia como está, mostra que o tema é atual. É um tema que merece nós estarmos nessa discussão de frente. E, com certeza, após nós vermos, ouvirmos e assistimos esse resultado da auditoria operacional, a nossa sensibilidade ampliará.

A nossa sensibilidade aumentará para nós como funcionários públicos, homens públicos, homens pagos pelo dinheiro público termos uma visão mais eficiente, mais eficaz

na busca dessa solução que muitos sabem, muitos veem, mas não querem enxergar.

Parabéns novamente, meu companheiro, honrado, homem de família, que teve uma visão brilhante, que luta em 2019, 2020, 2021 e 2022. Os quatro anos do primeiro mandato o senhor lutou nesse tema até chegar hoje nesse final desse resultado. E eu faço coro, faço força junto com o senhor – que tem muito mais força nesse Parlamento que eu – para somar com o senhor, para nós institucionalizarmos essa política, fazendo que seja uma obrigação do Estado.

É isso. Muito obrigado a todos e sucesso com a nossa apresentação que será feita. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Pimentel, que sempre contribui com esse Parlamento. E tenho toda certeza, pela sensibilidade que tem, pelo que já fez por esse Estado, estaria engajado conosco nesta causa. Eu gostaria aqui de cumprimentar também o Dr. Miguidônio, que é Procurador do Ministério Público de Contas do TCE. Obrigado pela presença, nos honra aqui com a sua presença.

Agradecer aqui a presença também dos representantes da reitora aqui PUC, que está conosco; do IFRO, que está aqui conosco, não sei se tem alguém da UNIR... Da UNIR, que está aqui conosco. Muito obrigado pela presença de vocês, das instituições particulares que estão aqui também contribuindo com a sua presença aqui para que possamos realmente avançar.

Então, percebe-se, não é, Dr. Paulo Curi, que é uma pauta que interessa à sociedade. Nós temos aqui os pesquisadores, as instituições que fazem a diferença dentro do Estado de Rondônia e interessados na pauta, que é de todos nós. E, com isso, quero passar a palavra à nossa Secretária

de Educação Ana Pacini, que terá a grande responsabilidade de colocar esse embrião – não é, Deputado Pimentel? – para rodar dentro do Estado.

A SRA. ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI - Boa tarde a todos. Gostaria de iniciar minha fala cumprimentando, agradecendo também, ao nobre Deputado Cirone, por ter quebrado o protocolo e me dado a fala logo no início. Eu terei uma agenda daqui a pouco, mas eu não podia deixar de participar deste momento tão importante, pelo menos agora na abertura, e a minha equipe também está aqui presente para acompanhar a apresentação.

Gostaria de parabenizar também o Deputado Cirone por essa iniciativa de trazer um tema tão relevante para a sociedade. O deputado tem sido um grande parceiro na educação, não só nesse tema, mas também em vários outros temas tem nos auxiliado, nos acompanhado, nos ajudado da melhor maneira possível. E lhe agradeço muito pela sua fala, deputado, isso me engrandece, me fortalece e espero realmente poder cumprir meu papel, cumprir minha missão com todas as honras que o senhor me colocou.

Gostaria de cumprimentar também o Presidente do TCE, o Dr. Paulo Curi, em nome de quem cumprimento todas as autoridades da Mesa, e dizer que a auditoria do Tribunal de Contas não é vista pela minha gestão como algo ruim. Quando se fala em auditoria, geralmente o Executivo tem essa visão de "ai, meu Deus, e agora?". Para a gente é um auxílio, é um grande auxílio, porque no Executivo as nossas demandas são enormes. E muitas vezes a gente não tem tempo – os Secretários Municipais que estão aqui sabem do que eu estou dizendo. A nossa demanda de execução é enorme, e muitas vezes

a gente não tem tempo de parar para estudar, avaliar, levantar dados.

E essa auditoria vem nos ajudar a construir políticas públicas para a educação especial que possa suprir essas lacunas de tantos anos de inércia. Porque, na verdade, nós temos uma dívida histórica não só com a educação especial, mas também com a educação indígena, com a educação de jovens e adultos, com a educação quilombola.

Então, são educações que há muito pouco tempo se iniciou esse estudo, esse trabalho de fortalecimento. Ainda é uma educação que falta muito a se fazer, por mais que nós do Executivo já tenhamos estudado e investido, mas nós estamos muito longe de fazer uma educação digna como cada estudante merece, seja ele portador de necessidade especial, uma pessoa com necessidade especial ou não. Então, nós temos esse compromisso. Eu ainda mais como educadora e como mãe. Não sei a dor dessas mães porque eu não sou mãe de um aluno especial, de uma pessoa especial, mas sou educadora e sei o compromisso que eu tenho enquanto educadora com todos os estudantes deste Estado, sem distinção.

Então, muito obrigada, Dr. Paulo e toda a equipe do Tribunal de Contas, por essa auditoria, e isso nos ajudará certamente a melhorar os nossos atendimentos.

Tivemos muitos investimentos de um tempo para cá na educação especial. Fizemos muitas formações, teremos agora a primeira Pós-Graduação em Educação Especial. Investimos muito na revitalização das nossas salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Estamos agora adquirindo os óculos da OrCam, que vai poder auxiliar os nossos alunos cegos a mexer com dinheiro, usar computador, ir ao supermercado, ler.

E também estamos inaugurando em breve o CAP (Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual), o centro de formação em recurso; o CAS (Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez) e o NAAH/S ((Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação), que já estão praticamente prontos.

Então, estamos muito longe ainda – muito longe ainda – de fazer educação especial de qualidade, mas temos lutado todos os dias para que a gente alcance esse objetivo.

Uma escola pode ser considerada inclusiva quando não faz distinção entre seres humanos, não seleciona ou diferencia com base em julgamento de valores, como “perfeitos” e “não perfeitos”, “normais” ou “anormais”. Ao contrário, entende-se por uma escola inclusiva aquela que proporciona uma educação voltada para o conjunto, de forma que, qualquer aluno que dela faça parte, independentemente de ser ou não especial, tenha condições de conhecer, aprender, conviver e ser, em um ambiente livre de preconceitos, capaz de estimular o desenvolvimento de suas potencialidades e a formação de uma consciência crítica.

É fundamentado nisso que podemos afirmar que a inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Entendemos que a inclusão não pode significar uma adequação ou normatização, tendo em vista um encaixar de determinados alunos numa maioria considerada privilegiada. Mas, exige fundamentalmente uma conduta que seja capaz de possibilitar o fazer parte, um conviver respeitoso das diferenças e não uma subtração ou a anulação das mesmas.

Esta auditoria, bem como a luta diária de cada mãe atípica, através do debate corajoso e o esclarecimento dessas questões devem continuar, pois não enxergamos outro caminho plausível capaz de contribuir eficazmente na construção do paradigma da inclusão do processo ensino-aprendizagem.

Diante disso, reconhecemos o valor e a importância do tema aqui abordado e reafirmamos o compromisso do Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Educação, na busca pela melhoria da qualidade da Educação Especial. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Secretária Ana Pacini. Em seu nome, agradecer também todos os servidores da Seduc. Nós temos grandes desafios. E, como a Ana disse, nós estamos aí para contribuir, para ser a voz do povo rondoniense.

Nós fomos eleitos no Parlamento, disse muito bem meu colega Deputado Pimentel, que nós estamos aqui para dar voz a esse povo. Então, que possamos ser esse interlocutor junto ao governo, junto aos órgãos de controle para que possamos, a cada dia mais, dar melhores condições, qualquer seja a causa aqui no nosso Estado.

Eu, antes de passar a palavra à Vanessa, coordenadora da auditoria, que fará a apresentação para todos nós, eu quero aqui cumprimentar os vereadores Dede da Saúde, Valceir e Lázaro da Saúde, do município de Alto Alegre dos Parecis. Sejam todos bem-vindos.

Cumprimentar a senhora Marxelene Bezerra Vieira, que coordena o Projeto Movidos pelo Amor ao Autismo. Obrigado pela sua presença, sempre aqui contribuindo conosco na pauta.

Com a palavra, a Auditora Vanessa, do Tribunal de Contas, teremos a apresentação e logo após ela fazer a apresentação nós vamos ouvir o presidente Dr. Paulo Curi. Está com você Vanessa.

A SRA. VANESSA PIRES VALENTE - Boa tarde a todos. Antes de mais nada, eu vou fazer minha autodescrição enquanto eu peço, por gentileza, para ser colocada a apresentação na tela, para demonstração.

Eu sou uma pessoa de pele branca, uso óculos azuis escuros, tenho o cabelo louro. Eu uso um terno preto e uma blusa rosa.

Queria, por favor, que iniciasse a apresentação. Eu vou pular a parte de agradecimento, porque todos já foram muito bem mencionados aqui, mas eu não poderia deixar de agradecer aos especialistas, aos familiares, aos educadores, aos gestores porque, como eu falei nos outros eventos, nós somos especialistas em auditoria e esse resultado só foi possível graças a contribuição de todos esses atores para nos municiar com o conhecimento técnico necessário para que a gente pudesse emitir um diagnóstico sobre um assunto tão delicado.

Então, vou passar aqui, sem mais delongas, para a apresentação.

(Apresentação de slides)

Eu vou buscar contextualizar a todos. Muitos já assistiram parte da auditoria, já sabem mais ou menos o papel da auditoria, mas como tem muitos presentes que não estavam nos eventos anteriores, vou passar rapidamente para explicar a sistemática do nosso trabalho. Próximo, por favor.

Bom, o nosso objetivo aqui é apresentar esse resultado final da auditoria. O nosso trabalho como auditores termina em recomendações, propostas de recomendações que nós enviamos para o relator emitir opinião e o MPC (Ministério Público de Contas) também e eles vão findar em propostas do plenário. O plenário vai referendar ou não as nossas recomendações finais.

Eu gostaria de observar que neste trabalho, o termo "educação inclusiva" está sendo utilizado para abarcar o provimento da educação especial dentro da escola regular, sendo aquela que objetiva o atendimento e a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas classes comuns de ensino regular. E, apenas para fins didáticos e mais objetivos, nós vamos utilizar o termo "pessoas com deficiências" para abarcar todo o público alvo da educação especial. Ressaltando que não usaremos esse termo específico, é somente para sermos mais objetivos. Próximo, por favor.

O objetivo da auditoria foi o de avaliar a educação especial na perspectiva inclusiva no Governo do Estado, com foco no Poder Executivo Estadual. Para isso, nós jogamos luz sobre o desenho institucional da política, abordando a questão da intersectorialidade e a eficácia da política.

Como o antecedente, além da demanda que nós recebemos do Legislativo, ela também foi ao encontro do nosso Planejamento Estratégico, que possui a Educação como um dos eixos de abordagem no período de 2021/2028.

Para explicar um pouco mais, em uma auditoria operacional o tema é muito complexo, ele é muito amplo. Nós temos uma delimitação de tempo e de profissionais para atuar. O nosso trabalho é utilizar uma série de técnicas de forma

que a gente consiga tratar dos temas mais relevantes e que, uma vez sanados ou sendo colocados sob foco de atenção, eles resultem no maior resultado positivo possível para a política. Para chegarmos a esse nível, para descobrirmos o que tratar para sermos mais eficazes nas nossas análises nós nos valemos de técnicas de auditoria. Dentre elas, eu trago aqui pra vocês a análise *Stakeholder*, em que nós identificamos todos os interessados na política. A *Swot* e a *DVR*, a partir das quais nós verificamos as fraquezas, oportunidades, as forças e as ameaças em relação à política e fazemos uma classificação de análise de risco para poder priorizar os temas a serem tratados.

Bom, de qualquer forma, na análise *Stakeholder* nós identificamos diversos atores, tanto no governo, que são os usuários do serviço do AEE, as famílias desses alunos, os Centros de Atendimento Educacional Especializados (CAEEs), a sociedade civil organizada, especialistas no tema, que tanto nos valeram na auditoria; os Poderes e órgãos autônomos e a OAB/RO; fora os órgãos do governo, as Secretarias, que também identificamos e ouvimos durante o processo da auditoria. Próximo, por favor.

Bom, findada a fase de planejamento, na etapa de execução nós nos valemos de documentos, entrevistas, realizamos visitas *in loco*, nos CAEEs, algumas escolas; realizamos uma viagem ao Acre para verificar *Benchmarking* de política, realizamos diversas entrevistas com grupos focais, pesquisas informatizadas e, através desses dados, passamos para as análises, comparações e até estatística, para chegarmos ao resultado.

Além disso, fizemos como já bem citado, os painéis de referência, não só aqui na Assembleia, mas ao final da auditoria nós apresentamos para os gestores os achados identificados e oportunizamos aos gestores a apresentação de

comentários quanto aos relatos da auditoria. Próximo, por favor.

Bom, só para contextualizar, a auditoria teve como escopo a Seduc, porém como todos sabem, ela não se finda na Seduc. É necessário também o apoio da saúde e da assistência social, dado que essas Secretarias possuem funções que, em conjunto com a Seduc, são essenciais à efetivação da política de educação inclusiva.

Findadas todas as análises e técnicas utilizadas que eu citei até aqui, nós chegamos, através da análise de risco, que deveríamos verificar a institucionalização da política e a eficácia, avaliando a intersetorialidade e os recursos dessa política.

Para essa avaliação, nós utilizamos de uma dezena de critérios, dentre os quais eu trago aqui os principais, para que nós pudéssemos comparar o que está sendo verificado e o que deveria ser. Com base nisso, nos valem da Constituição de 1988, da Declaração de Salamanca, da lei federal que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Política Nacional da Integração da Pessoa com Deficiência; da Resolução do Conselho Estadual de Educação que regulamenta a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em Rondônia; da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Enfim, a Resolução do Conselho Nacional de Educação, dentre outros que estão aqui no painel. Mas, gostaria de citar, também, que nos valem, para analisar a política, de referenciais do TCU (Tribunal de Contas da União) para análise de políticas públicas, que foi o referencial de Controle de Políticas Públicas e o de Avaliação da Governança de Políticas Públicas.

E o planejamento resultou em questões de auditoria que foram respondidas durante a execução. São as questões. Próxima, por favor.

O que nós buscamos responder durante a execução do trabalho foi se a política da educação inclusiva no Estado foi desenhada e implementada adequadamente, e, se a política no Estado é eficaz, se garante a inclusão e possibilita a aprendizagem. Essas duas questões foram subdivididas em duas subquestões para fins didáticos, também, em termos de apuração. Próximo, por favor.

Então, sobre o desenho e a implementação da política buscamos saber se a política está institucionalizada adequadamente, se ela tem os seus papéis, objetivos e metas definidos; e se permite uma avaliação de resultados. E a outra subquestão é se existe a intersetorialidade na política da educação inclusiva, que permita o alcance maior de beneficiários de forma mais eficiente, efetiva e eficaz.

E quanto à questão da eficácia e da inclusão da aprendizagem, que é a questão número dois, buscamos responder à pergunta se a Seduc dispõe de recursos suficientes e apropriados para a implementação da política e se a política funciona desde os anos iniciais de vida do aluno, de modo a garantir o máximo desenvolvimento desse estudante na idade adequada. Próximo, por favor.

Bom, as respostas a essas perguntas foram realizadas através de uma série de técnicas que eu trouxe para vocês aqui, de forma bem resumida. De qualquer forma, todo esse trabalho, material utilizado, as análises da equipe que já foram disponibilizadas aos gestores, elas vão estar disponíveis no processo on-line. Então, quem quiser ter acesso melhor e mais detalhado às análises do Tribunal de Contas, ele vai ser oportunizado.

Aqui, nós vamos direto para os achados, que são os resultados, as respostas às perguntas que nós mostramos aqui anteriormente.

Só para rememorar, que a questão tratava, perguntava se a política da educação inclusiva no Estado foi desenhada e implementada adequadamente. Concluimos que a política não está institucionalizada adequadamente, não tendo seus objetivos, papéis e metas definidos, o que impossibilita uma avaliação de resultado.

Esse grande achado foi subdividido em achados menores, que são: as atribuições e as responsabilidades da Seduc, da Sesau e da Seas não estão suficientemente voltadas para cumprir as atribuições integrantes de uma política estadual de educação na perspectiva da educação inclusiva.

Os resultados da avaliação do Plano Estadual de Educação, até 2019, se mostraram insuficientes para garantir a universalização do atendimento das pessoas com deficiência até 2024, que é a Meta 4 dessa política.

Também não foi identificada no Estado uma política na perspectiva inclusiva capaz de congrega todos os órgãos e entidades afeitos à área, de forma conjunta.

Atualmente, a gente não conseguiu, através das informações analisadas, assegurar a existência de um planejamento tático-operacional que contenha metas e objetivos formais definidos para a política. E constatamos apenas que existem as tais metas no plano estratégico, no Plano Estadual de Educação.

E, ainda, que as ações voltadas para a conscientização dos profissionais e sociedade civil sobre a educação inclusiva ocorreram em quantidade diminuta, de forma mais tímida, de forma que não foi capaz de atingir parcela

significativa da comunidade envolvida. Aqui, eu queria fazer uma ressalva, que nós estamos relatando o que nós vimos até setembro. Como já foi bem tratado aqui, sabemos que avanços estão ocorrendo neste momento, mas, de qualquer maneira, a nossa auditoria findou a execução em setembro, que é o retrato do que nós estamos trazendo aqui.

Bom, a outra subquestão, o outro achado, o segundo achado foi de que não existe uma intersetorialidade na política estadual de educação inclusiva que perpassasse todas essas Secretarias. Os especialistas do tema e familiares envolvidos, mais do que a gente, auditores, sabem da necessidade dessa intersetorialidade, porque a educação especial na perspectiva inclusiva, de longe, não pode ser tratada única e exclusivamente pela Secretaria de Educação, porque não é viável; ela precisa do apoio da Saúde e da Assistência Social para essas crianças.

Então, esse grande achado foi subdividido em menores achados também de que: as informações dos alunos com deficiências não são compartilhadas entre Secretarias envolvidas na política; não existem formas de colaboração entre a Seduc e as redes municipais de educação na educação especial sob a perspectiva inclusiva. Aqui é um ponto que a gente quer trazer e a gente sabe que é algo que não é fácil, mas de qualquer maneira, se uma política de educação especial já é difícil de ser implementada no âmbito estadual, quiçá no âmbito dos municípios. Então, com certeza, a rede municipal carece, precisa urgentemente desse apoio do órgão estadual.

Bom, continuando, verificamos também que não há um sistema de coleta, tratamento e disponibilidade de informações que propiciem uma previsão de matrícula na educação especial na rede estadual, que considere os estudantes atuais, os que ainda não tiveram acesso à escola

e os que se encontram na iminência de procurá-la nos próximos anos. Tal fato, obviamente, atrapalha o planejamento da política.

A segunda questão que nós buscamos responder é se a política é eficaz, se ela garante a inclusão e possibilita a aprendizagem. Vou repetir a pergunta. Então, a segunda questão que buscamos responder é se a política é eficaz, se ela garante a inclusão e possibilita a aprendizagem.

Verificamos que a Seduc não tem estrutura e recurso suficientes e apropriados para implementação da política da educação inclusiva. Existe uma insuficiência de sala de recursos multifuncionais não só na rede estadual, isoladamente, bem como nas redes municipal, estadual e particular. Em 2019, apenas 66% das escolas das redes do Estado possuíam acessibilidade arquitetônica. Também verificamos a carência de equipamentos na área de deficiência visual; carência de professores da educação especial, considerando a lotação mínima de um professor por escola estadual.

Aqui, eu quero fazer uma ressalva, que esse número está em cor diferente, porque esses foram os dados levantados na auditoria, e quando foram oportunizados comentários aos gestores, a Seduc se manifestou nesse ponto, apresentando um número um pouco divergente, mas, mas de qualquer maneira, como são 405 escolas na rede estadual, ainda temos mais de 50% da rede, que não possui um professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado), é um ponto a ser tratado e discutido.

Também verificamos, que 288 professores lotados em diversos setores da Secretaria, e que a maioria está na gerência da educação básica, na gerência da folha de

pagamento e gerência de controle e mídia de educação. Próximo slide, por favor.

Verificamos a insuficiência de pessoal em nível gerencial destinado à Educação Especial e Inclusiva - como já foi diversas vezes tratado aqui, o Núcleo de Educação Especial, se eu não me engano, estava com quatro pessoas operando -, o que a gente pode concluir que é insuficiente para, de fato, institucionalizar uma política no Estado inteiro.

Também verificamos, a ausência de professor lotado diretamente na gerência das modalidades temáticas especiais de ensino, dentro da Seduc, divisão na qual o Núcleo de Educação Especial está integrado. Nessa gerência não consta nenhum profissional lotado. Igualmente, não consta profissionais imprescindíveis à educação especial como cuidador-intérprete, lotados nessa gerência.

Inexiste no âmbito do Estado, uma equipe multidisciplinar de psicólogos; fonoaudiólogos, cuidadores e mediadores pedagógicos, que atuem diretamente na escola ou no compartilhamento de informações no atendimento aos alunos com deficiência. A Sesau não possui profissionais de saúde atuando de forma integrada com uma equipe multiprofissional no atendimento da Educação Inclusiva.

Aqui, eu quero ressaltar não só o que está na lei - porque a gente sabe que não falta lei aqui nesse país, no Estado, enfim. Mas, o que nós podemos perceber na prática, a necessidade da comunicação da saúde com a educação. Nós verificamos um determinado centro que faz apoio à saúde da criança com deficiência e pudemos verificar que uma vez constatado a determinado deficiência ou dificuldade do aluno, que aqueles profissionais da saúde, eles queriam, buscavam por conta própria se comunicar com a escola e nem

sempre isso era viável. E eles falavam que essa falta de comunicação com a escola, prejudicava e muito o aprendizado desse aluno. Então, é algo a se pensar, um canal que flua essa informação entre saúde e educação. Próximo slide, por favor.

Também verificamos, que a Seas não participa de maneira integrada em composição com a equipe multidisciplinar ou multiprofissional no âmbito da Educação Inclusiva. Apesar do aumento da capacitação, também verificamos a insuficiência de cargas horárias nas formações e capacitações referentes à educação especial na perspectiva inclusiva. Sobre esse tópico, foi constatado que o centro de formação da Seduc estava em reforma, estava inoperante. Esperamos que essa volta à operação, sane essa questão.

E avançando aqui para o orçamento, nós verificamos também, que quando a auditoria começou, no início no ano, o orçamento da educação especial no Estado era de R\$ 200.000,00 e até maio, abril ou maio, nada havia sido executado no Estado. O que a Seduc falou, inclusive, que por previsão orçamentária limitada da própria Seduc, a educação especial acabou sendo prejudicada, então no orçamento, foi previsto apenas montantes referentes a despesas de custeio: pagamento de pessoal e serviços já contratados; e manutenção dos contratos e políticas já existentes.

No entanto, ao longo desse período até setembro, esse orçamento sofreu um acréscimo de oito vezes, no período de quatro meses, mas ainda persiste a incerteza se tais valores são suficientes para financiar essa política da educação inclusiva. Próximo slide, por favor.

E por fim, aqui nós entramos no último achado, o quarto achado, que a política da educação inclusiva não funciona desde os anos iniciais de vida do aluno com deficiência, de

modo a garantir o máximo desenvolvimento do estudante com deficiência na idade adequada. Aqui eu quero fazer outro ponto. O que nós ouvimos é que uma criança para receber um laudo médico, demora pelo SUS (Sistema Único de Saúde), no mínimo seis meses, podendo demorar até um ano. E já ocorreu caso, de enfim, nós testemunhamos relatos durante a execução da auditoria, de uma criança diagnosticada com autismo que na verdade era surda. E até esse diagnóstico ser refeito, e essa criança voltar para o tratamento, já decorreu aí mais um espaço mínimo de um ano. E aí essa criança já perdeu um ano da vida dela, que todos sabemos que no desenvolvimento dos primeiros anos da educação, pode fazer toda a diferença no desenvolvimento desse aluno.

Então, agora vou detalhar aqui os achados. Nós verificamos que as ações implementadas em andamento na Educação Inclusiva não são suficientes para romper as diversas barreiras existentes; que inexistente no Estado uma política iniciada na maternidade, com a confecção de laudo médico objetivando um encaminhamento mais adequado à iniciação da criança na vida escolar; inexistente uma política de estimulação precoce realizada no Estado de Rondônia. De novo, aqui a saúde tem que entrar junto e a Assistência Social também, não é somente a Seduc.

Sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI), nós verificamos que, recentemente, foi criado no Estado um documento amplo, completo, que pelo o que a gente pode verificar ainda está a ser validado por especialistas, mas um documento bem robusto, mas que ainda não está de fato implementado no Estado. Pelo o que nós verificamos, esse documento foi enviado para as Regionais de educação, mas ainda carece de implementação. Próximo por favor.

Com base em todos esses achados, como que termina uma auditoria? "Termina" não, mas qual é o próximo passo da

auditoria operacional? A gente propõe encaminhamentos que visam a sanar esses achados. E aqui eu quero ressaltar o sistema de colaboração do Tribunal de Contas. Porque a gente não vai simplesmente passar essa proposta de encaminhamento para a Seduc e falar "para que vocês executem sozinhas".

Essas propostas de encaminhamento vão resultar em um plano de ação a ser elaborado pelas Secretarias envolvidas e, na elaboração desse plano de ação, vão ser instituídas as ações e os prazos a serem implementados para sanear esses achados.

Nada impede que, em conversa com os gestores durante essa elaboração do plano de ação – que o Tribunal de Contas vai oferecer uma capacitação para a gente elaborar de forma conjunta –, a gestão mostre outros caminhos, que não esses, que sejam mais adequados para sanar os achados. Porque o que interessa para a auditoria é sanar esses achados, e não importa a forma, porque a gestão está ali na ponta, talvez tenha uma alternativa mais plausível, mas isso vai ser conversado. Então, eu só queria deixar claro que essas propostas de encaminhamento nós vamos auxiliá-los aqui na elaboração do plano de ação. Tudo bem? Então, vamos a elas. Próximo, por favor.

Nós realizamos propostas de encaminhamento para cada um dos quatro grandes achados. Essa é o que tem mais propostas (A1). Em relação ao fato de a política da educação não estar institucionalizada adequadamente, sem seus objetivos, papéis e metas definidos, nós estamos encaminhando as seguintes recomendações (frisando que as recomendações ainda vão ser objetos de deliberação no plenário do Tribunal e em breve vai serão publicadas).

Que o governo do Estado defina clara e formalmente as competências e atribuições das principais partes

interessadas envolvidas na política pública (Seduc, Seas e Sesau), de forma que seja possível identificar os objetivos, os papéis, as responsabilidades, recursos e obrigações de todos os envolvidos.

Que o governo do Estado preveja a existência de uma instância responsável pela coordenação, articulação e comunicação entre Seduc, Seas e Sesau, de maneira que por meio da intersetorialidade, inerente à política pública educação especial, seja possível o estabelecimento de políticas, diretrizes e o alinhamento de estratégias e operações das organizações para alcançar um resultado comum, pautada em modelo contributivo e colaborativo. Como nós já bem vimos até aqui, essa colaboração das Secretarias se faz necessário. Mas, para ela ser efetiva, sem dúvida, precisa de uma instância acima dessas Secretarias, que coordene todo esse trabalho cooperativo. Próximo, por favor.

Continuando, que o governo do Estado fomente e institua, no âmbito estadual, governança pública capaz de promover o contínuo aperfeiçoamento da política de educação especial na perspectiva inclusiva, levando em conta a extensa rede de interações entre as estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, Poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada.

Que o governo do Estado construa um planejamento integrado, que envolva as Secretarias de Educação, de Saúde e de Assistência Social, definindo claramente os objetivos de forma suficiente para permitir uma delimitação nítida do campo de atuação da política e traduzindo-os, por sua vez, em metas precisas e objetivamente caracterizadas, que permitam a consecução dos propósitos mais gerais da intervenção pública, para orientar as ações governamentais e assegurar a transparência sobre as metas e os resultados da política. Próximo, por favor.

Novamente, que o governo do Estado defina e formalize mecanismos e instrumentos para promoção do *accountability* entre os diversos atores envolvidos, estabelecendo os padrões mínimos aceitáveis para transparência, comunicação e prestação de contas à sociedade, além de disponibilizar dados confiáveis e relevantes para dar suportes aos relatórios de desempenho da política.

Que a Seduc, com o apoio da Sepog (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão) e/ou da CGE (Controladoria-Geral do Estado), promova estudos detalhados com base em evidência e revisitem o processo de formulação e implementação e avaliação da política pública da educação especial, no Estado de Rondônia. Próximo, por favor.

Que a Seduc, com apoio, novamente, da Sepog ou da CGE, no processo de reformulação da política pública da educação especial, leve em consideração o diagnóstico correto do problema, a identificação do público-alvo e as possíveis causas, efeitos e formas de tratamento do problema, a fim de se alcançar um correto desenho da política.

Que a Seduc, com o apoio da Sepog ou da Controladoria-Geral do Estado, nesse processo também, disponha de um plano de implantação da política dos processos e operações necessárias ao seu funcionamento a fim de operacionalizá-la adequadamente, possibilitando a avaliação e o monitoramento contínuo.

Que a Seduc realize periodicamente, de preferência por meio informático, um diagnóstico completo e detalhado da educação especial na perspectiva inclusiva, no tocante ao público-alvo, por tipo de ocorrência, por município, por escola, quais são os alunos com deficiência, os profissionais especializados, inclusive da saúde e assistência social,

estrutura física, tecnologia assistiva, equipamentos e materiais pedagógicos adequados.

Que a Seduc, com a colaboração da saúde e da assistência social, implemente uma sistemática de registro para alimentar os dados sobre o público-alvo do AEE, cujo acesso seja concedido a todas as Secretarias envolvidas na política pública, inclusive as municipais de educação. Próximo, por favor.

Que a Seduc modernize o processo de planejamento contendo estratégias, ações e metas de curto, médio e longo prazo, que contemple toda a rede estadual de ensino e em regime de colaboração com a rede municipal objetivando a eliminação ou, ao menos, a minimização de barreiras e que imprima celeridade e eficácia na gestão da política pública da educação especial.

Que a Seduc promova de forma contínua e por meios eficazes ações voltadas para a conscientização dos profissionais envolvidos na educação especial, da sociedade como um todo, visando disseminar as melhores práticas educacionais, bem como a boa convivência, a integração, o respeito e a empatia.

Que a Secretaria de Assistência Social do Estado coopere em conjunto com o governo no processo de redefinição de suas competências e atribuições no tocante à política de educação especial, de forma que seja possível a identificação dos seus objetivos, papéis, responsabilidades, recursos e obrigações. Próximo, por favor.

Esse achado é o que mais resultou em recomendações, mas já está acabando.

Que a Secretaria de Assistência Social coopere em conjunto com o Governo do Estado na construção de um

planejamento integrado voltado a essa política, definindo os objetivos de forma precisa, que permita uma delimitação nítida do seu campo de atuação e traduzindo-os, por sua vez, em metas precisas – assim como foi para a Sesau.

Que a Sesau coopere com o Governo do Estado no processo de redefinição de suas competências e atribuições no tocante à política de educação especial – de novo –, para ser possível a identificação dos objetivos, papéis, responsabilidades, recursos e obrigações. Próximo, por favor.

E, por fim também, que a Sesau coopere em conjunto com o Governo do Estado – tanto a Sesau quanto o Seas – nesse processo de reformulação e construção de um planejamento integrado voltado à política. Próximo.

Aqui vamos começar as recomendações relacionadas ao segundo achado (A2) sobre a inexistência da intersectorialidade na política da educação especial no Estado.

A primeira proposta de encaminhamento é que o Governo do Estado preveja a existência de uma instância responsável pela coordenação, articulação e comunicação entre as Secretarias, assim como no achado anterior, de maneira que, através da intersectorialidade da política, seja possível o estabelecimento de políticas, diretrizes e alinhamento de estratégias e operações das organizações para alcançar o resultado comum, pautada em um modelo contributivo e colaborativo.

Que o Governo do Estado fomente e institua no âmbito estadual uma governança pública capaz de promover o contínuo aperfeiçoamento da política, levando em conta a extensa rede de interações entre as estruturas e setores, incluindo

diferentes esferas, Poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada. Próximo.

Que o Governo do Estado construa um planejamento integrado que envolva as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, definindo os objetivos precisos o suficiente para permitir uma delimitação nítida do campo de atuação da política e traduzindo-os, por sua vez, em metas precisas e objetivamente caracterizadas que concorram para a consecução dos propósitos mais gerais a intervenção da política pública, de modo a orientar as ações governamentais e assegurar a transparência sobre as metas e os resultados.

Que a Seduc, com a colaboração das Secretarias de Saúde e Assistência Social, implemente uma sistemática de registro para alimentar os dados sobre público-alvo do AEE, cujo acesso seja concedido a todas as Secretarias envolvidas na política pública.

Como vocês já devem estar percebendo – só um comentário –, algumas recomendações são úteis para sanar mais de um achado. Então, tornam essas recomendações ainda mais importantes. Próximo, por favor.

Que a Seduc realize periodicamente – de novo – um diagnóstico completo, como já foi citado anteriormente. Então, eu vou prosseguir.

Que a Seas e a Sesau cooperem com a Seduc e com a instância governamental responsável pela coordenação, articulação e comunicação, de maneira que, por meio da intersetorialidade inerente à educação especial, seja possível o estabelecimento de políticas, diretrizes, bem como o alinhamento de estratégias e operações das organizações para alcançar o resultado comum, pautada em modelo contributivo e colaborativo. Próximo, por favor.

Agora nós já estamos no 3º achado (A3). Aqui, está a recomendação novamente que a Seduc realize um diagnóstico completo e detalhado da educação especial na perspectiva inclusiva. A gente pode ver a importância dessa recomendação.

Que a Seduc realize estudos sobre a educação inclusiva na rede estadual de ensino de forma a identificar as áreas prioritárias a serem apoiadas, identificar os profissionais necessários, considerando cada tipo de necessidade educacional, as áreas curriculares definidas e as metodologias mais adequadas à necessidade do apoio dentro ou fora de sala, realizado em grupos ou individualmente, bem como o papel de cada profissional envolvido na prestação desse serviço. Seria o correto desenho e delimitação da política. Próximo, por favor.

Que a Seduc elabore um plano de capacitação com cursos e especializações específicos voltados à educação inclusiva e amplie a oferta de formação para atender todos os profissionais da rede de ensino estadual e municipal, bem como os professores das instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e funcionários que trabalham nas escolas do Estado.

Na oportunidade, pelo que foi trazido aqui, provavelmente na elaboração do plano de ação vai ser verificado que essa medida, talvez, já se encontre em andamento pelo reestabelecimento do Centro de Formação da Seduc.

Continuando: que a SEDUC promova parcerias e convênios com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando a ampliação e oferta de formação continuada, especialização e a produção de material didático acessível.

Que a Seduc reformule o processo de planejamento orçamentário, com vistas a destinar à educação especial, dotações e recursos financeiros em montantes mais condizentes com a efetividade dessa política pública.

Que a Seduc realize obras de construção e reforma, conforme a necessidade das escolas da rede estadual de ensino dotando-as de Salas de Recursos Multifuncionais – SRM.

Que a Seduc adquira materiais e equipamentos pedagógicos adaptados, de acordo com a necessidade, para todas as escolas da rede estadual de ensino.

Que a Seduc aumente a disponibilidade de professores do AEE.

Que a Seduc reforce a estrutura de pessoal do Núcleo de Educação Especial (nível gerencial) voltada à educação inclusiva. Como nós já mencionamos algumas vezes, é bem enxuto.

E que a Sesau e a Seas disponibilizem profissionais de saúde e da assistência social de maneira a atuar de forma integrada com equipe multiprofissional no atendimento à educação especial na perspectiva inclusiva. Próximo, por favor.

E aqui nós entramos nas recomendações do 4º e último achado (A4). Que é: a política da educação inclusiva não funciona desde os anos iniciais de vida do aluno de modo a garantir máximo desenvolvimento desse estudante na idade adequada.

As recomendações são: que o Governo do Estado promova a articulação intersetorial com as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, bem como com as redes municipais de educação, com o fim de desenvolver uma política que seja iniciada já na maternidade, com possibilidade de confecção

de laudo médico ou diagnóstico a ser dado o mais breve possível.

Que a Seduc realize periodicamente, de preferência por meio informático, diagnóstico completo e detalhado da educação especial, no tocante ao público-alvo e tipo de ocorrência. Como já foi mencionado nos outros achados. Próximo, por favor.

Que a Seduc, com apoio do Governo do Estado, articule com a saúde e a assistência social, a implantação do programa de estimulação precoce no Estado de Rondônia, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MEC (Diretrizes Educacionais Sobre a Estimulação Precoce).

Que a Seduc adote medidas efetivas para a implementação do PEI (Plano de Ensino Individualizado), ou de plano similar, de forma a atender o objetivo a que ele se destina, que é tratar as especificidades de cada criança.

Que a Seduc promova de forma contínua e por meios eficazes, ações voltadas para conscientização dos profissionais envolvidos na educação especial, na perspectiva inclusiva, e da sociedade como um todo, visando disseminar as melhores práticas educacionais, bem como a boa convivência, a integração, o respeito e a empatia. Próximo, por favor.

Que a Sesau adote as providências necessárias para a efetiva habilitação do Centro de Reabilitação de Rondônia - CERO junto ao Ministério da Saúde e que expanda a sua capacidade operacional.

O Cero, atualmente atende mais de 300 crianças, mas nós sabemos que existe uma fila de espera de mais de 1.200. Então, a força desse instituto pode ser um apoio importante para a política.

Que a Sesau coopere com a Seduc, Seas e com o Governo do Estado no processo de desenvolvimento de política iniciada na maternidade com possibilidade de confecção de laudo médico ou diagnóstico e do programa de estimulação precoce a ser implantado no Estado.

E, por fim, que a Seas coopere com a Seduc, com a Sesau e com o Governo do Estado no desenvolvimento da política iniciada na maternidade; que, a Sesau coopere na implementação do PEI ou de plano similar de forma a atender o seu objetivo e as Seas, igualmente, coopere na implementação desse plano individualizado.

Aqui nós finalizamos o nosso trabalho técnico de recomendações, diagnóstico e recomendações. Como eu citei no início, esse trabalho vai ser objeto de deliberação do plenário do Tribunal e que vai resultar, vai iniciar o prazo para que a Seduc elabore o plano de ação no qual ela vai ter o nosso apoio.

Esse plano de ação vai ser objeto de monitoramento por parte do Tribunal, monitoramento anual e, através dele, a gente vai verificar se efetivamente as medidas necessárias para o saneamento desses achados estão sendo implementadas.

A equipe de auditoria operacional, como já foi apresentada. Próxima.

E, mais vez, eu agradeço a todos e quero dizer em meu nome e em nome da equipe, que foi uma grande honra fazer esse trabalho. Posso dizer que todos nós saímos mudados e com outro olhar. A gente nunca mais vai conseguir olhar para uma criança com uma necessidade educacional especial, com deficiência, da mesma forma de antes, sabendo o quanto ela carece de atenção, não só no Estado, mas em todo o Brasil.

Tenho a certeza de que fizemos o nosso melhor para plantar, para andar, um passinho que seja, nessa política. Muito obrigada a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Vanessa. Em seu nome agradecer a todos os componentes dessa briosa equipe que fez essa auditoria. Assim como você foi contagiada, Vanessa, eu fui contagiado quando eu recebi essas mães em 2019. Nosso desafio é grande. A semente foi plantada, está germinando, mas nós precisamos regar essa planta com muito trabalho, com muita determinação, com muito afinco.

Nessa visita que eu fiz a São Paulo, da Secretaria Estadual e da Secretaria Municipal de Pessoas com Deficiência, a gente conseguiu perceber os grandes avanços que tiveram, os quais foram apontados aí, nessa auditoria. Foram criados, em São Paulo, 19 centros de diagnósticos para já diagnosticar a criança lá na maternidade. Para começar lá, depois vai para a creche, vai para o fundamental, vai para o ensino médio, para, quando chegar lá na faculdade, a faculdade estar pronta para recebê-los.

Nós temos aqui no Estado médicos que são autistas, nós temos aqui advogados, pessoas com deficiência de toda a natureza, não é, temos aqui no Estado. Então, mesmo com dificuldades, essas pessoas têm buscado. Mas, e aquelas pessoas que realmente são carentes, vulneráveis? Qual é a oportunidade que nós estamos dando para essas pessoas? Então, quando você fala do tripé, é de suma importância que a gente tenha essa conectividade entre a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação.

Nessa visita que eu fiz a São Paulo, lá eles estão mais avançados. Estão conectados. Além dessas três Secretarias, lá, foi criada a Secretaria da Pessoa com Deficiência e ela

faz essa conexão. Está conectada com ela a Secretaria de Desenvolvimento, em que a Secretaria prepara a pessoa com deficiência e a empresa para receber essas pessoas. Porque nós ouvimos anunciar nas rádios em nosso Estado, Prefeito Aldo, que existe vaga de emprego para deficiente. Aí ele quer pegar uma pessoa que não enxerga, mas que "enxergue", porque não dá condição nenhuma para essa pessoa trabalhar; ele quer pegar um cadeirante que "ande", porque, chegando lá, a empresa dele é de degraus.

Então, essa vaga que ele está oferecendo está simplesmente cumprindo um protocolo daquilo que diz a lei do Ministério do Trabalho, porque, a cada quantidade de colaboradores, ele precisa contratar uma pessoa com deficiência. Aí chega o Ministério do Trabalho para fazer a fiscalização, ele fala: "Eu anunciei as vagas, não apareceu ninguém.". Mas, você chega lá, a empresa dele não dá essa condição.

Então, São Paulo conseguiu fazer isso. A Secretaria de Desenvolvimento prepara o deficiente e prepara a empresa para recebê-lo. E a outra Secretaria que eles conectaram foi a Secretaria de Esporte que representa muito bem o Brasil. São Paulo está bem à frente e faz essa conectividade para que as coisas realmente funcionem.

Então, nosso desafio é grande. É muito grande, mas, antes de dar continuidade e passar a palavra aqui para o Presidente Paulo Curi, eu quero convidar para estar conosco à Mesa, o Deputado Estadual eleito lá na cidade de Cacoal, representando o Estado de Rondônia, meu amigo pessoal Cássio Gois. Por gentileza, Cássio, componha a Mesa aqui conosco. É uma honra tê-lo aqui nos acompanhando nessa Audiência.

Quero convidar também, para estar conosco, a Irany. Como eu havia anunciado antes a saída da nossa Secretária

Ana Lúcia Pacini, a Irany, que é Diretora-Geral de Educação, vai estar aqui, acompanhando as falas e aquilo que está sendo proposto aqui por nós, aqui nesta Audiência.

Sem delongas, quero passar a palavra ao nosso Presidente, Dr. Paulo Curi, para que ele faça as considerações aqui para o plenário, que está aqui conosco. Nós temos um link, já tem acho que duas pessoas inscritas para falar depois, e aqueles que estão aqui conosco no plenário e quiserem usar a fala, logo depois do Presidente Paulo Curi nós daremos a fala para vocês.

O SR. PAULO CURRI NETO - Obrigado, deputado. Boa tarde a todos os presentes. Vou fazer minha autodescrição: tenho a pele branca, olhos claros, uso óculos, tenho mais cabelo que o Deputado Cirone - o que, acreditem, não é uma grande vantagem, não é, deputado? Com todo respeito -, estou vestindo um paletó azul-marinho, uma camisa clara, azul clara e uma gravata azul.

Quero cumprimentar todas as autoridades presentes na pessoa dos dois deputados que ocupam esta tribuna, esta Mesa de Honra, o Deputado Cirone e o Deputado Willliames Pimentel.

Deputado Cirone, eu vou lhe dizer que esta é a primeira vez na história do Estado de Rondônia que o Tribunal de Contas e a Assembleia se associam nesse nível para impulsionar uma política pública, ainda mais uma política pública dessa importância. Que venham outras oportunidades desse tipo. Parabenizo enfaticamente Vossa Excelência por essa iniciativa de ter provocado o Tribunal de Contas e, mais do que isso, por estar impulsionando avanços nessa área. Embora tenhamos muitos obstáculos pela frente, é possível estar confiante de que vamos avançar.

Da mesma forma, Deputado Pimentel, subscrevo vossas considerações. É preciso imprimir um senso de urgência a esse assunto. Vossa Excelência tem toda razão. Como bem disse a Secretária Ana Pacini, há uma missão histórica. Nós não podemos aqui depositar toda a responsabilidade por isso à pessoa da atual Secretária, naturalmente – eu concordo com as considerações do Deputado Cirone, que foram endereçadas à Secretária Ana. É uma pessoa sensível, que conhece da educação, é uma especialista no assunto, muito aberta à articulação e tem feito o que pode para garantir avanços, mas o passivo é imenso, a omissão é histórica – de décadas – e há muito, muito o que fazer. E esta auditoria acabou por revelar tudo aquilo que já se imaginava que seria confirmado, não é, deputado?

Naquela primeira Audiência Pública houve um intenso debate, muitas contribuições foram feitas e nós percebemos já naquele momento o tamanho da omissão do Estado em relação à educação inclusiva. A omissão é tal que a política está, apesar do esforço das pessoas que estão lidando com essa política, é importante destacar a figura da gerente, que vou me penitenciar por não lembrar o nome dela, acho que ela está aqui conosco, quando ela, a Professora Heluizia participou daquela audiência, trouxe contribuições também valiosas, mas a equipe é diminuta; os recursos orçamentários são mínimos; houve alguns avanços pontuais nos últimos tempos, mas ainda insuficientes; e há, na verdade, praticamente tudo por fazer.

Nesse estágio da auditoria, eu tenho, toda vez que ocupo a palavra, eu tenho dito da minha preocupação de não gerar uma super expectativa em relação aos resultados que vão ser alcançados. Sendo muito realista, vou lhes dizer, com 22 anos de atuação em órgão de controle eu vi muitas vezes naufragar no insucesso esse tipo de fiscalização. Nós estamos

aqui a falar de uma auditoria operacional que busca induzir a gestão a remover causas de situações-problema para gerar resultado na política pública. Só que – aqui fazendo um mea-culpa público – o Tribunal de Contas muitas vezes fazia essa abordagem com verticalidade, com uma certa arrogância; isso interditava o debate; e também os gestores resistiam exatamente por essa postura; e também há que se reconhecer que a gestão tem muitas, muitas deficiências técnicas para fazer frente a esses achados, para reagir a esses achados das nossas auditorias operacionais.

Muitas vezes, Deputado Cirone, essa é uma advertência que nós todos temos que nos fazer. Essas auditorias operacionais não ultrapassaram a fase de assinar prazo para o gestor apresentar um plano de ação, que é um documento de planejamento definindo: quais são as ações, quais são os responsáveis, quais são os prazos para garantir o resultado que todos esperam. Por isso que é fundamental que nós mantenhamos esse engajamento. Essa é uma palavra que o senhor usou muitas vezes no seu discurso. Eu estou de acordo com ela. É preciso nos mantermos engajados para induzir a geração de resultado.

Não serão fáceis, porque, para começo de conversa, os resultados não dependem apenas da atuação da Seduc. Uma das omissões mais graves é a ausência de intersectorialidade nessa política. Sobretudo nós vimos pelo relato da Vanessa. Aliás, eu quero cumprimentar também, já ia esquecendo disso, toda equipe de auditoria. Parabéns pelo excelente trabalho, Bruno, Maria Gleidivana, Vanessa e Leonardo, que não está aqui. Vocês fizeram um excelente trabalho. Vanessa acabou de entrar no Tribunal de Contas, já está inclusive protagonizando essa entrega. Parabéns, Vanessa. Tenho certeza que você terá muito sucesso na sua carreira aqui no Tribunal de Contas.

Mas, retomando o meu ponto, um dos grandes problemas, deputado, é a questão da ausência de intersectoralidade. As crianças quando recebem um diagnóstico, recebem um diagnóstico tardio, depois de esperar até doze meses. Há ações lá do passado, salvo engano, o Deputado Willianes Pimentel foi quem inaugurou o Cero (Centro de Reabilitação e Rondônia), foi na gestão dele, nós ainda estamos falando do Cero, mas, o que se constatou é que também as equipes do Cero são incompletas. Há também filas para o atendimento no Cero, ou seja, há omissões e deficiências em todas as Secretarias que deveriam estar cuidando dessa política pública da Educação Inclusiva.

Da parte do Tribunal de Contas, eu queria assumir um compromisso público em relação a esse assunto. Isso foi mencionado já pela Vanessa, e essa é uma ação que a gente vem empreendendo nos últimos tempos, a partir dessa percepção do insucesso das muitas auditorias operacionais que nós fizemos, é de que a parte mais fácil é essa de entrega de relatório e o desafio maior começa agora, sobretudo para a gestão, mas também para nós.

Então, o Tribunal de Contas - a Professora Irany, está aqui representando a Secretária Ana Pacini, que teve que se ausentar, mas, eu tive a oportunidade de mencionar isso aqui para a Secretária Ana -, nós estamos à disposição, para orientá-los, auxiliá-los, apoiá-los, inclusive na confecção desses planos de ação para fazer frente a esses achados.

É a nossa função habilitar a governança do setor público para responder os achados da nossa auditoria, e nós faremos isso. Se necessário, (aplausos), obrigado. Se necessário, indo atrás de especialistas. Aliás, a gente teve apoio de muitos especialistas, muito obrigado a todos, pais das associações que representam esses alunos, realmente é emocionante ver essa mobilização. Então, se necessário,

vamos atrás de especialistas, de gestores que têm políticas de sucesso para colocá-los ombreados com a Seduc, com as demais Secretarias, para que saia um plano de ação melhor possível.

Nós não presidimos isso, nesse caso nós precisamos ser procurados por vocês, para que vocês recebam esse apoio. O bastão está sendo oficialmente passado para a gestão, depois da conclusão da auditoria, para que vocês tomem as providências, mas, nós não vamos apenas aguardar que vocês nos entreguem um plano de ação. Nós não vamos apenas aguardar que vocês nos entreguem o plano de ação. Nós estamos à disposição para contribuir com vocês para a elaboração desse plano de ação.

A nossa Escola de Contas, um aspecto que a gente constatou, que aconteceu bem, a Secretária Ana mencionou lá, nessa auditoria de que de fato tenha havido mais capacitação. Houve uma pós-graduação. Esse é um dado consideravelmente positivo em relação a essa política. Mas, a nossa escola, a partir do momento que nós priorizamos a educação, nós temos colocado a nossa escola, o Conselheiro Euler é o Presidente, tem sido muito sensível a isso, olhando para o nosso planejamento estratégico, a nossa escola de contas está voltada para capacitar não apenas os nossos servidores, mas também os profissionais da educação.

Nós faremos duas grandes capacitações, por exemplo, de diretor de escolas, podemos também atuar em capacitações de profissionais na área da educação, inclusive, precisamos de tempo para planejar, naturalmente. Mas, estamos à disposição para isso, para reforçar a atuação da Seduc nessa área.

Também estamos à disposição, deputado, olha aqui - estou assumindo alguns compromissos públicos -, para diante de dificuldades e dúvidas das Secretarias, em relação às

despesas que ela realizar para concepção dessa política, para aperfeiçoamento dessa política, para nós orientarmos os gestores em relação ao que fazer para dar o máximo de segurança jurídica para a tomada de decisão do gestor.

E, finalmente, estamos à disposição e já exortamos Vossa Excelência, Deputado Cirone, que tem liderado essas Audiências Públicas, a realizar uma nova Audiência Pública em um prazo a ser definido, não sei se seis meses é pouco, talvez seja, não é Vanessa? Talvez um pouco mais, oito, dez meses, mas ainda em 2023, eu penso que nós precisamos fazer nesta Casa, viu Deputado Cirone, uma nova Audiência Pública, em que os Secretários sejam convidados: Secretário de Educação, Secretário de Saúde, Secretário de Assistência Social para prestar contas, para informar o que fizeram diante desses achados da nossa auditoria.

E nós mesmos, como Tribunal de Contas, estaremos aqui para prestar contas a todos, em relação ao monitoramento que eventualmente já tenhamos feito em relação à reação da administração no que toca esses achados.

Para além da nossa atuação, avançando por exemplo, para outras instituições, me permita Deputado Cirone, a Assembleia Legislativa tem o papel vital em relação a isso, não só na condução dessas Audiências Públicas, mas, também no momento em que receber projetos de lei, vindos da Seduc, para que faça um olhar técnico, exclusivamente técnico, para garantir que esses projetos sejam aprovados, para garantir avanço na política.

Na hora de garantir recurso orçamentário, financeiro, o Deputado Pimentel, mais uma vez, já disponibilizou das Emendas dele, R\$ 1 milhão - não é pouco recurso -, para reforçar essa política, isso é muito positivo. É importante

essa percepção, essa sensibilidade desta Casa. A Escola do Legislativo também, eventualmente, pode ser direcionada para ações específicas que toca à capacitação dos profissionais, inclusive, dos municípios, para prepará-los para a educação inclusiva.

E também é muito importante nós blindarmos a Seduc – essas Secretarias todas – de interferências partidárias daquela velha política para, ao invés de garantir pessoas técnicas, qualificadas, que tenham condição de realizar a melhor gestão possível, elas são trocadas, ou não são nomeadas, e são colocadas pessoas só por conta de laços, de amizade, de relacionamento partidário, quem quer que seja, com qualquer político ou com qualquer autoridade pública. Pode ser conselheiro também, para não falar só de deputado, eu falo também de conselheiro que eventualmente algum conselheiro poderia – o que seria lamentável – se atrever a querer fazer qualquer tipo de interferência como essa.

E, nesse aspecto, eu destaco – porque é importante destacar isso – porque existe uma boa prática, que é vital para nós avançarmos na educação. E ela está prevista expressamente na legislação. Diretor de escola é um gestor. E ele só vai ser um bom diretor se ele tiver competências técnicas e humanas, for um bom líder, para ser um gestor. Há pesquisas que mostram que é possível avançar em até 25% nos indicadores educacionais se nós tivermos bons gestores posicionados nas escolas. Exatamente, por isso, que a legislação obriga, sob pena de inclusive haver perda de recurso do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), de complemento da União, que todos os municípios do Estado realizem processo seletivo para diretor de escola.

Quem não fizer, quem não prever... E olha um dado positivo, graças à postura correta da UNDIME, Professora

Lene, Professora Marcilene está aqui, minhas homenagens às Secretárias que estão aqui também. O GAEPE permitiu uma ampla mobilização e 100% dos nossos municípios já aprovaram legislação prevendo processo seletivo para diretor de escola. É o único Estado do Brasil que cumpriu 100% dos requisitos para receber a complementação da União, valor aluno lá no resultado e valor aluno ano total. Isso não é pouco, isso é fruto dessa mobilização que pode dar muitos frutos, como tem dado fruto aqui através do GAEPE, deputado.

Por isso, que eu invoco essa referência, desta boa prática na direção de escola, para que nós apliquemos também nessas Secretarias porque elas precisam ter quadros técnicos para garantir que elas sejam eficientes, como foi um quadro técnico... Vejam senhores, eu tenho uma relação de muito respeito com o Deputado Pimentel, mas eu fui relator da saúde cinco anos. E três anos de cinco, eu fui relator dele. E, apesar da tensão inata a uma relação de fiscal e fiscalizado, no final das contas há uma relação de respeito mútuo porque ele viu que, da minha parte – embora não tinha essa civilidade que eu tenho hoje, eu devo reconhecer – havia uma vontade de fazer ele acertar e, da parte dele, eu percebi numerosos avanços. Ele e o Dr. Maiorquim foram gestores que entregaram muito para a saúde do Estado de Rondônia e nós devemos reconhecer isso.

Então, já finalizando, e finalmente, Deputado Cirone, nós temos, no GAEPE, discutido esse assunto. Algumas vezes nós fizemos reuniões, os representantes dos pais fizeram relatos verdadeiramente dramáticos da situação desses alunos que estão entregues à educação especial no âmbito do Estado e dos municípios. Temos também relatos das gestoras e gestores educacionais. Hoje existe uma multiplicação, um crescimento grande de demanda pela educação especial. Muitas vezes o diagnóstico é impreciso, o que pode até comprometer

o atendimento e onerar, eventualmente, até indevidamente, o Poder Público com demandas que muitas vezes não estão respaldadas em evidências técnicas e científicas.

Por isso, que essa boa prática que nós capturamos, nós identificamos nessa auditoria aqui no vizinho Estado do Acre precisaria ser implementada com urgência. E eu acho que eu faço um pouco a fala aqui da Professora Marxlene no Estado de Rondônia. O que o Estado do Acre tem feito – segundo a percepção da nossa equipe – de forma bastante eficiente? Equipes multidisciplinares do Estado, da Sesau – penso que é da Sesau, não é, Vanessa? – estão indo aos municípios fazer o diagnóstico dos alunos portadores de deficiência. E a partir desse diagnóstico é possível ter um plano de ensino individualizado, que é tão decisivo, tão importante, para que sejam definidos recursos apropriados, todos eles para que haja a efetiva aprendizagem.

Além desses achados todos, há a percepção de que a grande maioria dos 13.099 alunos que estão matriculados na educação especial aqui no Estado de Rondônia – Estado e municípios – 72% estão no ensino fundamental. Há um indicativo de que esses alunos sofrem – mais do que os demais alunos – uma retenção. Não estão avançando para as demais etapas de ensino. Que é um sintoma muito evidente – para não dizer “eloquente” – de que eles não estão aprendendo, não estão desenvolvendo as habilidades para ganharem autonomia e para que tenham uma vida digna. É mais uma evidência. Isso não está lá na conclusão, mas isso está ao longo do texto do trabalho, do ótimo trabalho feito.

Então isso mostra que nós temos realmente que olhar para as... É fundamental que a gestão – e nós estamos à disposição de colaborar – hierarquize as causas das situações-problema. Identifique aquelas com menor custo, com maior potencial do impacto e priorize essas causas para nós

gerarmos resultados tão rapidamente quanto possível. E o nosso compromisso é fazer isso avançar. Obrigado, deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Presidente Paulo Curi. Nós sabemos do comprometimento do trabalho e o quão sério é - não é, Deputado Pimentel? O Dr. Paulo Curi é um *gentleman*, mas é uma pessoa realmente determinada naquilo que é a missão dele cumprir dentro do Tribunal de Contas como órgão fiscalizador. E precisamos de pessoas assim.

Então, fica aqui um coração cheio de alegria pelo TCE ter acolhido essa pauta nossa lá junto ao GAEPE, da auditoria que foi feita, e os desafios estão aí para serem enfrentados. E o senhor só não fez o diagnóstico como está se colocando à disposição para ajudar, para implementar essa equipe dentro do Estado.

E da mesma forma aqui, em nome do Deputado Alex Redano, que é o nosso Presidente, em nome aqui do Deputado Pimentel, do Deputado Cássio, que está aqui conosco, dizer que a Assembleia Legislativa também vai fazer a parte nossa, porque nós temos aqui a Escola do Legislativo. É um poder que realmente tem recursos. Nós temos recursos e precisamos usar isso em favor da população. E a Escola do Legislativo nós vamos mobilizar, junto ao Presidente, para que possa estar à disposição também da Seduc, trazendo os profissionais, especialistas, pesquisadores, para que possamos formar uma grande equipe, seja ela dos profissionais multidisciplinares na Sesau, seja na Seas, seja na Seduc, porque assim nós vamos conseguir avançar. É de mãos dadas, unidos, fortalecer.

Nós não podemos colocar esse passivo que nós temos com a educação inclusiva nas costas da Secretária Ana Pacini. Nós não podemos colocar isso nos servidores da educação que estão tentando de alguma maneira fazer o melhor. Mas, nós

precisamos fazer e criar forças junto com o Tribunal de Contas, junto com a Assembleia Legislativa, junto com o Executivo, que aqui possamos disponibilizar condições, equipe e força para que nós possamos juntos vencer essa pauta. E como diz a nossa auditora Vanessa: quando você se depara em uma situação dessa com a família, que você vê uma mãe dizendo que não dormiu à noite por causa da condição do filho, a preocupação de como é que vai ser esse filho na juventude, na sua idade adulta, aí você, ao colocar a cabeça no travesseiro, fala "Olha, eu, como agente público, representante do povo, temos que fazer algo."

E quero agradecer a cada um de vocês que estão aqui, que vocês estão aqui porque têm essa preocupação, se deslocaram dos seus lares porque existe a preocupação com essa pauta. Agradecer às pessoas que estão de forma remota nos acompanhando desde às 15 horas. Sabemos que é cansativa uma Audiência, mas a causa é justa. Temos aqui entidades que estão aqui conosco, a Unir, temos aqui a Faculdade Católica, temos aqui o Ifro, demais entidades superiores que também podem contribuir. Eu recebi aqui a visita do nosso diretor que veio colocar à disposição para a gente fazer um convênio com esta Casa. Então, nós temos aqui ferramentas. Precisamos continuar regando essa semente que já floresceu para que a gente possa dar bons frutos.

Nós temos que ser bastante sucintos, mas não podemos deixar de ouvir as pessoas que estão aqui darem as suas sugestões no plenário, que nós temos aqui profissionais, especialistas, pesquisadores que estão aqui conosco. Queremos de forma a não ser cansativo, depois nós temos um *coffee break* – viu, gente? – para dar uma revigorada na energia, mas se tiver alguém que queira usar a palavra, nós vamos abrir esse espaço.

E dizer, Dr. Paulo Curi, que o senhor colocou aqui muito bem, da importância – estou vendo aqui o prefeito Cícero e o Prefeito Aldo – de que o Estado também ajude os municípios. Eu não digo o município de Rolim de Moura, que é um município forte, que tem uma arrecadação boa, mas nós temos muitos municípios aqui no Estado que necessitam da força do Estado.

O Estado vai ter que estar presente com a equipe multidisciplinar, seja na Sesau, seja na própria Seduc, ou essas condições nós estamos colocando à disposição aqui, por exemplo, na Assembleia, no Tribunal de Contas, para ajudar esses municípios, que eles, por si só, eu acho que não teriam condições de fazer essas implementações dentro das suas cidades.

Agradecer à Clívia, que está aqui conosco também. Esteve comigo nos dois primeiros anos, me ajudou muito nessas pautas aqui – não é, Klívia? Agradecer a você. A Lei da Mãe Atípica aqui do Estado de Rondônia, a primeira do Brasil, foi uma proposta deste deputado para ajudar as famílias. Então, nós estamos sempre em busca de melhorar a condição da vida do rondoniense.

Alguma pessoa que queira falar? Por gentileza.

O SR. AGENOR FERNANDES DE SOUZA - Boa tarde. Cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Cirone. Parabenizar o Tribunal de Contas por meio da comissão que fez essa auditoria, e externar por parte do Conselho Estadual de Educação a alegria do trabalho concluso e com perspectivas de melhorias.

Eu acompanhei, não me aprofundei porque não tive acesso a essa auditoria, mas eu prometo que farei isso tão logo tenha acesso a essa informação. Mas, o plano de ação que eu

observei, ele joga, como foi dito por alguns membros da Mesa, "nas costas" da Secretaria de Estado da Educação, cita até, inclusive, redes municipais e redes particulares. Nós sabemos que, como foi dito, vai levar um tempo porque nós estamos bem atrasados em relação à estrutura.

Vou me apresentar. Eu sou Agenor Fernandes, sou Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação. E eu vejo o seguinte, ao invés de nós já entrarmos com um calendário, que sabemos que vai levar um tempo para cumprir, nós vivenciamos muitos anos no Conselho com a precariedade, muitas vezes, das instituições que são especialistas nessa área, são as APAEs, as Pestalozzi's. Então, elas detêm o conhecimento do que é necessário, não em termos de escolarização, mas de atendimento. E a gente sabe que nem todas das crianças têm a possibilidade de assimilar conhecimento. Muitas vão lá parar as atividades da vida diária: saber ir ao banheiro, saber utilizar uma roupa e assim sucessivamente.

O que eu quero dizer com isso? Que enquanto esse plano não seja implementado, por que não fortalecemos essas instituições? Eu acredito que é um primeiro passo, um passo muito importante que a gente consiga fortalecer quem já desempenha o papel. Se está precário, vamos buscar soluções até a implementação total desse plano de ação. É uma alternativa que eu vejo, uma sugestão que eu deixo, não em nome do Conselho que não tenho procuração para falar em nome dos conselheiros, mas é uma carga que eu vejo de imediato pesada para o sistema de ensino – seja ele estadual seja municipal –, enquanto nós temos instituições que já estão fazendo esse papel. Por que não estruturamos essas instituições enquanto implementamos o plano de ação?

Era essa a minha fala. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Professor Agenor. É válida a fala. Nós temos o terceiro setor que faz um brilhante trabalho e muitas vezes precisa só da cedência do profissional da Secretaria de Assistência Social, da própria Seduc ou da Sesau para continuar esse trabalho dentro da secretaria.

Eu vou passar a palavra aqui para a Vanessa, só para ela complementar esse assunto e depois, Dra. Flávia, defensora, vai falar.

A SRA. VANESSA PIRES VALENTE - Obrigada, deputado. É só para frisar que dentre as propostas de recomendação, nós inserimos parceria e colaboração da Seduc com essas entidades do terceiro setor. Inclusive, visitamos a Pestalozzi, a APAE e a AMA (Associação de Pais e Amigos dos Autistas). Verificamos na ponta e aprendemos muito com eles e podemos perceber, realmente, que eles detêm um conhecimento especializado que não pode ser esquecido. Motivo pelo qual os inserimos aqui nas nossas propostas de recomendação. Era só isso. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Vanessa. Então, se confirma que o Professor Agenor tem dito que precisa sim, mesmo implementando dentro desse Estado, manter esses convênios, essas parcerias de ajuda ao terceiro setor.

Doutora Flávia.

A SRA. FLÁVIA ALBAINE FARIAS DA COSTA - Boa tarde. Eu sou Flávia, sou uma mulher branca, de cabelos castanhos

ondulados um pouco abaixo do ombro. Uso óculos transparente tartarugado na parte de cima e uma blusa com botões na frente com desenhos de borboletas e flores de fundo branco.

Boa tarde a todos, parabenizo pelo trabalho realizado, à equipe do Tribunal de Contas, ao Deputado Cirone, às demais pessoas envolvidas em todo esse trabalho.

A minha fala, na verdade, é para complementar a colocação do Professor Agenor. Eu não sei em que grau de análise a equipe do Tribunal de Contas fez esse aspecto que eu vou mencionar, mas, talvez, a possibilidade do Atendimento Educacional Especializado, que ocorre no contraturno ao ensino regular, que uma das situações apontadas foi a ausência de salas de Atendimento Educacional Especializado, ausência de Salas de Recursos Multifuncionais onde acontece o Atendimento Educacional Especializado. A possibilidade desse Atendimento Educacional Especializado ocorrer nas APAES e nas Pestalozzi's.

Eu não sei como está a infraestrutura dessas instituições hoje, se elas têm condições físicas e profissionais de ofertar esse AEE – Atendimento Educacional Especializado que ocorre no contraturno. Então, a criança iria para a escola regular, de manhã a tarde, e no contraturno ela realizaria o AEE, o Atendimento Educacional Especializado, nessas instituições. Eu não sei, complementando a ideia trazida pelo Professor Agenor, eu não sei se essas instituições estão preparadas para receber isso. Mas, como ele falou do fortalecimento e como a Vanessa, que está no grupo de auditoria, falou que estão fazendo esses convênios, sobre essa possibilidade, aproveitar o que já existe e ofertar esse AEE nessas instituições no contraturno das escolas regulares.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dra. Flávia. Ficam essas sugestões para a Vanessa. E eu quero reforçar aqui o pedido, tanto da Dra. Flávia, quanto do Professor Agenor. Eu tenho recebido algumas demandas, daí eu deixo aqui para a Irany, que é da Seduc, em relação a isso. Às vezes o profissional está ali há 15, 16, 18 anos, já, fazendo esse trabalho, e as Secretarias estão pedindo esse profissional de volta porque está faltando professor na escola A ou na escola B. Sendo que, depois, nós não vamos conseguir formar esse profissional para ter esse trabalho com os alunos de necessidades especiais.

A Vanessa quer fazer só... Gente, nós vamos fazer esse bate-bola com a Vanessa, porque ela já vai... E aí, depois, a professora Nilza vai falar.

A SRA. VANESSA PIRES VALENTE - Agradecer à Flávia pelos comentários, que também nos ajudaram muito durante a auditoria. Queria ressaltar, que, no relatório, consta, sim, essa informação de que o atendimento é realizado no contraturno, não necessariamente nas Salas de Recurso, mas também nos Centros de Atendimento Educacionais Especializados. Não obstante, podemos verificar que, por conta da precariedade da estrutura desses centros, eles ainda não se fazem suficientes para atender toda a demanda, mas, sim, o apontamos como uma alternativa existente e que carece de apoio e fortalecimento. Isso está no relatório, na verdade, que vai ser disponibilizado para o público. Obrigada deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Vanessa. Quero aqui convidar para fazer uso da palavra, a Nilza, que

é Presidente da Associação dos Pais e Amigos do Autista de Rondônia, a AMA.

A SRA. NILZA MARIA FERREIRA DA SILVA - Boa tarde a todos. Obrigado, Deputado Cirone e a todos que estão à Mesa. Na fala da Dra. Flávia, a questão das instituições, a AMA faz um papel muito importante na sociedade há 22 anos; atende 90 crianças, jovens e adultos autistas com uma fila de espera de mais de 200.

A Dra. Vanessa foi lá e comprovou e eu falo para vocês que nós temos todo o nosso atendimento, tudo certinho lá, a forma que a gente faz, as salas. O que falta, realmente, é ter um centro que possa ofertar um atendimento melhor para essas crianças, porque nós não temos. Lá é uma casa alugada, (como a Vanessa viu), mas apesar do ambiente pequeno, todas as pessoas que estão ali, os profissionais, são capacitados, assim que eles entram na instituição e estão preparados, sim, para atender a essas crianças, jovens e adultos autistas no contraturno. Quando eles não estão de manhã na AMA, eles estão na escola. Essa é uma das nossas exigências para atendê-los.

E assim, eu fico muito feliz, muito feliz, por nós estarmos aqui. O Tribunal de Contas deu essa oportunidade de nós estarmos falando, de nós estarmos falando das nossas necessidades, porque a gente precisa. O pessoal da Seduc já conhece, conhece bem a gente; a Semed (Secretaria Municipal de Educação), a Sesau, a Seas. Eu acho que essas pessoas têm que realmente se unir e fazer um trabalho bacana, porque dá, sim, gente.

Instituições como a APAE, a Sociedade Pestalozzi, estão capacitadas, sim. Eu acho que uma das entidades que ainda sofre muito por não ter um local é a AMA. Mesmo assim, eu

friso para vocês, quem for lá na nossa associação, o deputado esteve lá, não é, deputado? Viu e, assim, todas as salas são equipadas. A gente tem condições de receber Emendas, tudo preparado para fazer esse atendimento, com essas crianças, jovens e adultos. Esse é o meu desabafo aqui e muito obrigada. Eu estou muito, muito, muito feliz de estar aqui podendo falar e, realmente, ter um apoio agora do Tribunal de Contas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Nilza. Nós fizemos uma visita lá. Parabéns por essa instituição, faz um belíssimo trabalho.

Convidar a Dona Marxlene. Vou abrir para mais duas pessoas, senão nós vamos ficar aqui noite afora, falando. É Dona Marxlene, mãe da Marina, que quer fazer uso da fala. Já contribuiu aqui outras vezes, em outras Audiências. Por gentileza, Marxlene.

A SRA. MARXLENE BEZERRA VIEIRA - Boa tarde a todos e a todas; à Mesa. Muito feliz de poder estar aqui, principalmente, porque como eu falei em outras Audiências, como mãe da Marina, o importante é fazer acontecer. Realmente, palavras, ações, sugestões, nós sabemos que existem; porém, como mãe da Marina, intercruzando como uma profissional da educação também, porque eu sou pedagoga, eu desejo que realmente haja esse trabalho entre a escola e a família, realmente, intervenção multidisciplinar, conjuntamente com uma rede de apoio.

E para que isso aconteça é necessário realmente que a educação, que a saúde, que a Secretaria, que a Seas, esteja em conjunto trabalhando, articulando o planejamento

estratégico, para que, de fato, possamos operacionalizar na prática essa política. Não é apenas uma vaga, não é apenas a vaga ao aluno, mas principalmente, garantir o sucesso com permanência deste aluno na escola, porque esse é o objetivo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, obrigado Marxlene.

A SRA. MARXLENE BEZERRA VIEIRA - E como mãe, eu quero me colocar, e como profissional também à disposição para contribuir com esse processo. Eu estou me colocando aqui de forma voluntária para que nós possamos, de fato, ter uma educação inclusiva que possa trazer, realmente, essa qualidade de vida para as nossas crianças, jovens e adolescentes, no caso, que apresentam a deficiência.

E quero dizer para vocês o seguinte, senhores, que possamos investir nos cursos, na capacitação dos profissionais da educação. É preciso conhecer para conviver; é preciso conviver para conhecer; e, principalmente, para compreender. Que possamos, realmente, trabalhar a base e que a gestão escolar esteja realmente pautada em uma perspectiva inclusiva.

E eu gostaria de dizer que nós temos um projeto. E eu me coloco à disposição para ajudar dentro desse processo, porque ele foi pensado, ele foi planejado com carinho, principalmente porque a mãe flui muito mais do que a educadora, mas nós queremos, sim, que tenhamos uma educação equânime, equânime e igualitária. E esse eu tenho certeza absoluta que de alguma forma, com certeza, esse projeto vai contribuir para que possamos ter uma educação inclusiva no Estado de Rondônia, não apenas em Porto Velho, porque eu sei

que todos nós precisamos. O Estado de Rondônia precisa realmente que a política seja operacionalizada na prática. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Marxlene, mãe da Marina, como ela se intitula. Obrigado por sua presença, sempre muito ativa participando aqui das nossas Audiências, dessa pauta tão importante.

Nós temos uma pessoa remota, para entrar remotamente. Enquanto não entra remotamente, nós vamos abrir espaço para falar. Vamos acabar de ouvir também aqui as nossas autoridades. Nós fizemos um compromisso ao final de eles falarem, aqueles que desejarem falar. E agradecer mais uma vez a Tércia por estar aqui, grande especialista na pauta, tem se dedicado, tem trazido para nós aqui várias sugestões. Eu fico muito feliz aqui com a sua presença, todos os profissionais aqui que estão conosco.

Para fazer uso da palavra, enquanto a mãe que está tentando entrar remotamente não consegue - não entrou, não é? -, eu vou convidar o Dr. Péterson para fazer uso da fala. Se o Dr. Petérson puder usar a tribuna, que lá nós vamos ter o profissional de libras que vai transmitir a sua fala às pessoas que estão assistindo. Por gentileza, Dr. Petérson. Ele está representando a OAB/RO, e é da Comissão das Pessoas com Deficiência da OAB de Rondônia.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA - Boa tarde a todos. Vou fazer minha autodescrição: sou um homem branco, de 32 anos, estatura acredito que um pouco alto, tenho 1,83m de altura, estou com um terno azul, uma camisa branca, uma gravata azul, cabelo estilo social, acredito.

Bom, estou representando a Ordem dos Advogados. Gostaria de, mais uma vez, agradecer imensamente o convite que foi feito por meio do Deputado Cirone Deiró, ao qual eu cumprimento toda a Mesa, para não me estender aos cumprimentos. Gostaria de agradecer também a presença de algumas pessoas que estão aqui no auditório. A Tércia, uma pessoa que mora no meu coração, que cuida do meu "Be" todos os dias. Eu sou pai de uma pessoa com deficiência. Meu filho Bernardo é autista nível 3 de suporte. E estou Presidente dessa Comissão Especial da Ordem, que cuida da defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Estou muito feliz com esse relatório do TCE. E ao mesmo tempo frustrado. Estou muito feliz que foram elencados muitos problemas, mas ao mesmo tempo frustrado porque a gente precisa começar do zero. Isso é muito dolorido, muito dolorido para mim que sou pai de uma pessoa de oito anos, que eu não sei se ao completar os dezoito anos essa educação nós vamos chegar nesse nível 100% que a gente precisa. Mas, é importante para que nós tratemos o problema, que nós diagnostiquemos o que está acontecendo.

E eu prometo que vou ser bem sucinto na minha fala. E como isso aqui está sendo gravado, está sendo registrado, eu falo na qualidade de advogado e na qualidade também de Presidente dessa Comissão nesse momento para alertar o Poder Executivo, que eu acredito que já passou da hora de nós termos uma superintendência minimamente – nem estou falando de Secretaria –, de uma superintendência que cuide desse assunto em específico que são os direitos da pessoa com deficiência.

Ao ouvir o relatório da Dra. Vanessa, eu percebi que se precisa de uma interseccionalidade, uma intersetorialidade, não é, doutora? As Secretarias precisam se comunicar. Seria muito mais prático e muito mais fácil que nós tivéssemos –

e eu falo agora na qualidade de pai – um órgão ao qual eu vou me dirigir. Porque se meu filho precisa de um mediador, se ele precisa de um cuidador, eu não sei se vou na Seas, se eu vou na Seduc, eu não sei se eu vou na Sesau. Então, se nós tivermos alguém para nos direcionar, para que seja um farol de informação do que nós devemos fazer. E na qualidade de Ordem dos Advogados, a quem cobrar, a quem pedir informações do que que está acontecendo, seria muito interessante.

Então, fica o meu pedido ao Executivo, que analise a viabilidade de nós afunilarmos isso, onde essas três Secretarias conversassem entre si, e ao mesmo tempo, tivéssemos ali, minimamente uma superintendência, para que a própria população pudesse trazer suas reivindicações. Porque, hoje, essas reivindicações, vêm para o Deputado Cirone Deiró, que é um legislador; vêm para mim, na qualidade de advogado, que sou mantenedor da Justiça, sou uma pessoa que cuida dos direitos e tenta efetivar esses direitos. Mas, no órgão executivo, que é o órgão que vai executar de fato essa política, nós ainda não temos.

Então, você percebe que em diversos momentos, as próprias falas que foram ditas aqui, ficam, “olha, parece que vai jogar para a Seduc, parece que vai jogar para a Sesau ou vai jogar para Seas.” Se nós tivermos como centralizar essas informações e centralizar essas demandas, vai ficar mais fácil, inclusive, para nós termos, minimamente, um censo. Porque, nem isso nós temos.

Então, nós precisamos saber, quantas pessoas com deficiência estão no ensino de educação, para que a gente possa saber quanto – como o próprio Dr. Paulo Curi me falou, “Eu não sei quantas pessoas são, como é que eu vou contratar, se eu não tenho esse quantitativo?”

Então, acho que a minha fala na qualidade de Ordem dos Advogados é justamente essa: pedir para que esse trabalho realmente alcance os 100%, acredito que o Executivo vai ter que avançar um pouquinho também, justamente nesse sentido. Se não tiver condição de criar uma Secretaria minimamente, uma superintendência, acredito que já é um pontapé inicial, dado o número de pessoas com deficiências que nós temos no Estado, especificamente falando do autismo, tem crescido de forma potencial. Não tem crescido minimamente, não é algo que está apenas afetando uma parcela da população, está afetando grande parte da nossa população, tanto é que vocês todos estão aqui ouvindo, porque vocês querem respostas, vocês querem providências e eu também na qualidade de pai, também quero.

Então, fica mais uma vez o meu agradecimento, deputado, muito obrigado. E quero colocar aqui a Ordem dos Advogados da Seccional de Rondônia à disposição de toda a população, para o que vocês precisarem, relacionado a toda prestação jurisdicional que a Ordem dos Advogados tem prestado a esse Estado. E mais uma vez, me colocar à disposição de vocês na qualidade de Presidente dessa Comissão Especial, que cuida da defesa dos direitos de pessoas com deficiências. O meu muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dr. Péterson. E quero aqui salientar ao Dr. Péterson, que eu fiz uma indicação no ano passado, em 2021, para a criação de uma Superintendência, e já reforcei esse ano novamente, essa semana, pedindo ao governador que faça uma Secretaria de Pessoas com Deficiências no Estado de Rondônia. Justamente, para nós termos a quem procurar e essa Secretaria - fazer igual São Paulo tem, ela que faz a conexão, essa

conectividade com as outras Secretarias, seja a Seduc, a Seas, que são os três pilares, e a Secretaria de Saúde.

Então, é de extrema necessidade a criação dessa Secretaria de Pessoas com Deficiências, dentro do Estado de Rondônia. Só assim, nós vamos continuar avançando, aqui no Estado, porque, nós vamos saber a quem procurar, e é ali que ele vai fazer a determinação, e qual Secretaria que vai atender essa pessoa que nos procurou.

O SR. PAULO CURI NETO - Deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Questão de Ordem aqui para o Presidente Paulo Curi.

O SR. PAULO CURI NETO - Só para responder ao Dr. Péterson, isso não passou ao largo da nossa fiscalização, da nossa auditoria. Uma das constatações talvez, uma das mais importantes, é a ausência de intersetorialidade, ou seja, não há uma articulação interna no âmbito do Executivo relativamente ao enfrentamento dessa política. Agora nós vamos cobrar, cobraremos na gestão que responda isso.

Qual é a solução? Vai ser definida pela própria gestão. Se vai criar uma Secretaria, uma superintendência ou vai usar outra estratégia qualquer, compete a eles definirem no plano de ação. Por ocasião do monitoramento, nós vamos avaliar se ela parece ou não ser suficiente para sanar esse problema. Então, só para destacar, se a sua decepção com a auditoria for apenas esse aspecto, eu posso dizer, que não fique decepcionado porque esse tema foi enfrentado.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO - Não, não, tudo bem. Desculpa em quebrar o protocolo. A decepção é justamente no sentido de que nós precisamos avançar e nós estamos no marco zero. Como o senhor falou. Então, como nós precisamos avançar, essa foi a minha decepção na qualidade de pai, na qualidade de pai de uma pessoa com deficiência, mas eu sei que, como eu disse na minha fala, é diagnosticando o problema que nós vamos, nós iremos avançar.

Então, nesse ponto eu estou muito feliz.

O SR. PAULO CURI NETO - E é uma zona de discricionariedade da gestão que o senhor bem sabe como operador de direito, que nós temos que observar, daqui a pouco nós estamos substituindo ao gestor. E estaremos invadindo a competência dele.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO - Não, com certeza.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Só reforçar mais uma vez, fiz essa indicação no ano passado, estou reforçando essa indicação que eu fiz, para cobrar essa ação do governo. Mas, nós já vimos no programa do Governador Marcos Rocha, no programa de Governo dele, que na próxima gestão de 2023, que ele fez um compromisso no plano de governo dele, de criar essa Secretaria dentro do Estado de Rondônia.

Então, isso para nós foi um avanço. Nós tínhamos indicado lá, e conversei com ele também durante o primeiro turno, dessa necessidade, que é um público que realmente está desassistido dentro do Estado de Rondônia. Nós precisamos, sim, dessa Secretaria. Então, nos deixou mais

aliviados, desse compromisso que o governador fez no plano de governo.

Eu quero convidar a Professora Irany – que é Diretora-Geral da Seduc – para fazer uso da fala. Se a professora puder usar a tribuna, professora, porque nós temos os nossos profissionais de libras que podem transmitir às pessoas surdas que estão assistindo à nossa Audiência.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa aqui em nome do Deputado Cirone Deiró. A nossa Secretária já fez uso da palavra aqui, fez as considerações iniciais e eu continuei aqui na Audiência ouvindo as falas.

Informamos também que os achados dessa auditoria, eles já foram apresentados à Secretaria da Educação há poucos dias, talvez 40 dias atrás. Nós já temos conhecimento. Foi uma auditoria realizada ao longo de meses e nos trouxe, assim, subsídios para que possamos iniciar realmente uma retomada de atendimento à educação inclusiva no nosso Estado. É redundante dizer de décadas de atraso, acho que não cabe mais essa fala. É acatarmos as exortações que foram feitas pelo Tribunal de Contas por meio dessa auditoria operacional.

Já temos pensado no ano de 2023. É extremamente necessário que as Secretarias se unam em uma rede atendimento, de proteção também, para que possamos levar adiante a elaboração desse plano estratégico que o Tribunal de Contas também, à época da apresentação dos resultados, para nós já se colocou à disposição. Estamos aguardando o Acórdão para que possamos ter o início disso tudo, a criação de uma superintendência ou uma Secretaria que venha atender exclusivamente a questão da educação inclusiva seria maravilhoso para nós.

O deputado já fez essa proposta também, do plano de governo do Coronel Marcos Rocha, de forma que a Secretaria de Educação já irá iniciar esse trabalho de, junto ao Tribunal de Contas, porque se colocaram à disposição. Tem toda uma *expertise* também, com especialistas, e nós já conversamos sobre isso.

Agradecemos ao Dr. Paulo Curi todo o apoio que ele tem dispensado à Secretaria, em nos fornecer subsídios. Inclusive, agora também com uma avaliação que nós fizemos em todo o Estado, em uma grande parceria com o TCE. E vamos caminhar. Tenho palavras aqui de esperança, de eficácia, de eficiência, para que possamos melhorar e criar melhores atendimentos, melhores expectativas e execução real de melhor atendimento para educação inclusiva no nosso Estado.

Quero também responder a nossa defensora pública sobre as nossas Salas de Recursos, nossas Salas de Multimídias. Temos revitalizado em todo o Estado, em todos os municípios, as nossas Salas de Recursos e também fornecido aos municípios os equipamentos para que os também possam, por meio do regime de colaboração, implementar as Salas de Recursos também para atendimento aos alunos das escolas municipais.

E estamos à disposição dos senhores. E, em nome da nossa Secretária Ana Pacini, protocolo aqui o nosso compromisso de acatar as exortações feitas nessa Audiência Pública e nos achados dessa auditoria também. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Professora Irany, nossa Diretora-Geral da Seduc, por esse compromisso firmado aqui perante a Casa de Leis, perante aqui o Tribunal de Contas e perante, o principal, a nossa sociedade.

Eu gostaria de oportunizar a Flaviana, que eu conheci em 2019, está de forma remota para usar a fala. Flaviana, pode... Você está on-line.

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS (Por videoconferência) - Boa noite. Boa noite a todos e a todas. Nem posso falar quanto eu estou feliz por tudo isso. E, como o Deputado Cirone já falou, são anos de luta. E eu vim aqui falar um pouquinho sobre essa espera. Assim como o Dr. Pétersson falou, da decepção de espera, que o filho dele já tem oito anos de idade. Imagina os meus que já têm 20 e 22 e só 17 anos a gente luta no Estado de Rondônia por uma educação de qualidade e que possa trazer essa autonomia de vida.

Mas o tempo, ele pode ser cruel, mas também ele pode ser nosso aliado. E por meus filhos terem esse tempo, eu posso dizer que eu continuo e continuarei lutando por todas as crianças do nosso Estado, que ainda irão nascer com algum tipo de deficiência.

Eu sou mãe de UTI, isso significa que eu sou mãe de uma criança prematura. No nosso país, nascem 340 mil crianças prematuras por ano. E é muita criança que tem sequela dentro de uma UTI neonatal. E eu quero que passe o primeiro vídeo para que eu dê continuidade na minha fala.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Flaviana, infelizmente nosso sistema aqui não está conseguindo reproduzir o vídeo. Espero mais um minutinho, vamos ver se a gente consegue.

(Apresentação de vídeo)

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS (Por videoconferência) - A Maria Clara e o Lucas tiveram tempo. O Lucas teve tempo de passar por todo o processo de uma educação inclusiva deficiente que não deu o suporte necessário. Ele teve que se adequar a tudo aquilo que a escola tinha para oferecer. E a Maria Clara teve o tempo de retornar para escola depois de uma pandemia.

Já com a Letícia, o Cauã e a nossa Melissa, o tempo acabou. Eles lutaram. Suas mães Valéria, Francisca e Keliane lutaram por uma educação inclusiva. Mas, eles eram apenas alguém que estava de passagem neste mundo. E infelizmente esse tempo se encerrou. E nós que poderíamos dar a eles o mínimo de qualidade, o mínimo de uma educação efetiva que eles pudessem fazer parte de tudo isso, como todas as crianças têm direito, foi retirado deles. Infelizmente, eles partiram sem saber o que é uma educação inclusiva.

Então, eu quero deixar aqui, para cada um de nós, estejamos mais precisos, crianças podem ser que cheguem à fase adulta. Mas, possa ser que o jardim da infância, a primeira infância, a primeira escola seja apenas o tempo limite deles. Então, que eles tenham uma educação de qualidade, que eles possam ter uma saúde de qualidade, que eles possam, sim, ter assistência para que eles tenham uma vida curta, mas feliz com tudo aquilo que é direito deles.

Em nome do movimento Mães Coragem, em nome das Marias, em nome das mães atípicas, em nome do Tesouro 21, da Família Down, eu deixo aqui o seguinte: que nós, mães e pais, fazemos parte dessa construção. Se chegamos até aqui é porque tivemos a coragem de falar o que estávamos sentindo. E estamos aqui prontas para continuar contribuindo com os nossos

conhecimentos, com as nossas vivências, para que um dia Rondônia seja, assim, um Estado de inclusão.

Um Estado de educação inclusiva de qualidade, onde a criança que nasce, na UTI ela consiga ter todo um acompanhamento, uma estimulação precoce, que ela tenha o acompanhamento na escola e eles se tornem futuros adultos e cheguem no mercado de trabalho. Porque, como todo cidadão, é isso que desejamos para os nossos filhos, que eles cheguem aonde eles quiserem chegar.

Eu quero agradecer aqui a todo o trabalho, agradecer. Tenho muita gratidão pelo Deputado Cirone, por ele ter nos ouvido, ter escutado. Porque ouvir é diferente de escutar. Ter escutado, ter se sensibilizado por nossas dores, por nossas causas. Nunca chegamos perante ele para falar que somos vítimas, mas, sim, para falar que desejamos ter dignidade, principalmente para os nossos filhos.

E eu acho que é tudo isso que a gente vem construindo durante esses quatro anos. Também não posso deixar de agradecer a Klívia – que sempre foi uma parceira nessa caminhada – e agradecer a todas as Mães Coragem, todas as Mães Atípicas, todas as Marias, todas as Mães Tesouros 21, todas as mães da Família Down. E, que podemos estar separadas em grupos, mas nós sentimos as mesmas dores e queremos no mesmo mundo uma sociedade igualitária. E que os nossos filhos possam ter o direito de ser quem eles são, com todas as limitações que eles têm.

Boa noite e muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Flaviana. Você trouxe exemplos para nós. Nos deixa extremamente emocionados e com um senso de responsabilidade muito maior.

Essas crianças que se foram, nós nos solidarizamos com as famílias. E, pode ter certeza, esse compromisso que esta Casa está fazendo, que o Tribunal de Contas está fazendo, que a nossa Diretora executiva da Seduc está fazendo, perante a sociedade nós vamos estar nesses quatro próximos anos – eu como deputado, junto aqui com os colegas deputados, com o Deputado Cássio, que está aqui, o Deputado Pimentel – nós vamos estar cobrando.

Nós vamos ter aqui o trabalho feito pelo Tribunal de Contas dando prazo para os gestores, para que possam fazer, e nós vamos, inclusive, dar condições. Então, esse é o nosso compromisso, Flaviana, a você e a todas as mães de crianças, de pessoas com deficiência aqui no Estado de Rondônia. Nossa gratidão pela sua participação. Estamos caminhando aqui para o final, quero pedir um pouquinho mais de paciência a cada um de vocês que está aqui presente.

Eu quero convidar aqui o Vice-Prefeito de Cacoal, o deputado eleito para a próxima legislatura, senhor Cássio Gois, para fazer uso da fala. Por gentileza, senhor Cássio. Foi eleito ali na cidade de Cacoal e região. Temos o desafio de continuar levando recurso e investimento para a nossa região ali e para todo o Estado de Rondônia.

O SR. CÁSSIO GOIS - Boa tarde. Vou me autodescrever: moreno, 75/76 quilos, olhos pretos, cabelo preto, estou de terno azul, gravata cinza. Não está combinando muito, não, porque o deputado acabou me pegando de surpresa e eu estava com a gravata aqui no paletó, deputado. Mas, agradeço o convite e dizer hoje aqui a todos os presentes, às mães, aos prefeitos, que é uma honra participar dessa Audiência.

Quando o deputado, o Dr. Paulo Curi – que é o proponente desta Mesa – nos convidou, fiquei muito lisonjeado pelo

convite. Um convite especial que chegou no gabinete e eu não poderia deixar de participar, porque já estive em um momento nesta Casa como chefe de gabinete e eu me lembro do início. Nós tínhamos no gabinete uma mãe, advogada, Dra. Rosa Maria – ela até estava aqui, mas foi buscar o filho na escola – e ela tem um filho autista. E eu me lembro dessas bandeiras sendo iniciadas aqui na Assembleia. E o Deputado Cirone Deiró encabeçou, com orgulho, com muita honra, toda essa necessidade que é lutar por essa bandeira. A educação especial vem avançando de uma forma que foi abraçada aqui, porque o Deputado Cirone fez questão que isso acontecesse.

E o resumo dessa Audiência, com os apontamentos do Tribunal de Contas, com toda a fala da auditora, ela aponta realmente uma necessidade da união dos esforços das Secretarias: Seas, Tribunal de Contas, Seduc. É porque lá em Cacoal é Semed, e eu estava com a Semed na cabeça. Eu quero cumprimentar o Secretário aqui e dizer o que nós estamos fazendo em Cacoal. Dito isso, quando a gente chegou na prefeitura de Cacoal, o Prefeito Fúria tem um sonho e ele vem tornando isso realidade, que é organizar.

Eu me lembro que, na transição, conheci o Professor Valdemiro – hoje ele está aqui presente, ao lado do nosso Secretário de Educação – e ele falou: “Olha, Vice-Prefeito, nós precisamos organizar tudo isso aqui. Nós temos a educação hoje e, acredite, pleno 2020 nós não temos esses meninos todos aqui conosco de uma forma diferente”.

E nós demos o primeiro passo, que foi regulamentar a Carteirinha de Identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autismo. De início, após a regulamentação da lei sancionada pelo prefeito, mais de 70 crianças foram identificadas e foi a partir disso que nós demos o pontapé para que o Centro do Autista fosse idealizado em Cacoal.

Foi um ano e meio para que ele se tornasse realidade. Para a gente construir, senhores, todos os que estão aqui presentes, nós demoraríamos 2, 3, 4 anos, porque uma construção leva esse tempo. Nós tivemos uma decisão diferente, – o Prefeito Aldo, o Prefeito Cícero, que são nossos vizinhos, lá – que foi a locação de um imóvel. Mas, a locação de um imóvel, Secretário, pronto para atender a essas crianças. Mais de 400 metros quadrados de construção, várias salas preparadas para isso. Nós ficamos mais ou menos 6 meses em reforma. Não é isso, Secretário?

E, lá, nós temos sala de música, a exigência da casa de que fosse com piscina, um processo seletivo rigoroso para a contratação de profissionais, e, hoje se tornou realidade. Nós estamos engatinhando. Nós temos uma lista de espera, hoje, apesar das 70 carteirinhas, nós temos uma lista de espera de 200 crianças. E a gente começa a perceber como isso é necessário.

E, hoje, a gente vem aqui, a gente bate um papo, a gente conversa, e a gente coloca Cacoal à disposição, como um laboratório para que vocês façam essa visita para Cacoal. O Deputado Cirone Deiró é de Cacoal. Eu também sou de Cacoal. Não tomei posse ainda, como deputado, mas estou aqui falando como Vice-Prefeito, de uma realidade que nós vamos deixar. Eu deixo de ser Vice-Prefeito em janeiro e venho para a Assembleia, mas para que a gente invista naquela casa, Deputado Cirone Deiró, para que a gente leve esse modelo para os municípios maiores, que têm condição de pleitear.

Eu me lembro de uma das falas do deputado em que ele disse que os municípios maiores têm condições, mas os municípios menores precisam de suporte. E é notório isso. Nós já tivemos ligação de prefeitos e alunos de Primavera de Rondônia, de Ministro Andrezza, perguntando: "Será que nós podemos matricular os nossos alunos no contraturno nessa

casa?" E nós temos uma dificuldade porque a nossa atuação é no município de Cacoal. Nossa demanda lá já é muito grande e a gente, infelizmente, precisa se policiar em relação a isso.

Mas, dizer que Cacoal tem o Centro Especializado em Reabilitação, o CER II; nós temos a identificação pela assistência social, e nós temos, agora, pela Secretaria de Educação, o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado em Autismo, provisoriamente em uma casa locada, mas tudo muito bem estruturado. E tudo isso partiu de um momento de transição, em que um prefeito para o outro identifica as demandas de uma Secretaria; e partiu de uma vontade do gestor em ter coragem de aplicar o recurso da educação nessa área.

Então, fica aqui de modelo o município de Cacoal, nesse pontapé inicial. Tudo muito precoce, mães e pais. Tudo muito precoce. Nós estamos aprendendo com vocês lá em Cacoal. Mas, nós demos o *start*. E eu acredito que o Estado, se puder nos ajudar, vai ser de grande valia tanto a Assembleia, que também vai tomar força; o Tribunal de Contas, que vai nos ajudar a conduzir de forma certa, mas que no futuro a gente esteja aqui no final do nosso próximo mandato, Deputado Cirone Deiró, daqui a quatro anos, colhendo os frutos de mais centros para autistas, de mais crianças com esse suporte; que os números sejam ainda maiores e que o relatório do auditor seja mais positivo.

Essa é a minha contribuição hoje. A prefeitura de Cacoal está à disposição dos demais prefeitos. A Assembleia Legislativa, eu também acredito, que da mesma maneira. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Vice-Prefeito, Deputado eleito, Cássio, pela contribuição. Tenho certeza de que, com a sensibilidade que o senhor tem, juntamente com o Prefeito Adailton Fúria, esse Centro do Autismo será uma grande referência dentro do Estado de Rondônia.

Quero convidar a Professora Adir, que é Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (IDEP), para fazer uso da palavra.

A SRA. ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA - Boa noite a todos. Quero aqui, em nome do Deputado Cirone Deiró, cumprimentar toda a Mesa, todas as autoridades que estão aqui, as valentes mães que estão ali em uma briga diária na gestão dos seus filhos, na condução deles, e propor política, ainda, para todos.

Eu quero fazer minha autodescrição. Eu sou Adir, sou morena, estou de óculos; cabelo escuro; uso uma blusa estampada. Quero dizer também que eu estou tremendo de frio e de emoção.

Na verdade, a minha fala vai ser bem rápida, até pelo avançado da hora. Quero dizer que hoje eu presido uma autarquia de educação profissional e ela pode compor essa proposta intersetorial de política para capacitar as pessoas. Eu vi a mãe Flaviana que disse sobre a autonomia de vida das pessoas, dos adultos que têm uma deficiência e que toda a família anseia por ver seus filhos no mercado de trabalho.

Então, nós já estamos atendendo as pessoas que são surdas, contratamos intérprete de Libras para esses alunos serem incluídos em sala de aula e a gente já tem (é um

início) mas a gente pode compor essa política pública intersetorial para a formação, que alguns não conseguem chegar no nível superior, mas eles têm que ter a sua autonomia, a sua dignidade. Eu sempre digo que a verdadeira cidadania é quando a gente dá oportunidade para que as pessoas possam ser protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Então, é nesse sentido que eu venho aqui para apresentar uma autarquia de educação profissional que tem política pública, já iniciou uma política pública para atender as pessoas com deficiência, e nós precisamos ampliar. Nós podemos somar a essas equipes para esta formação de pessoas para o mercado de trabalho, para que tenham a sua própria autonomia.

Era isso o que eu queria trazer aqui. E dizer o seguinte, que a gente está junto nessa política. Eu convivo, tenho amigas que têm dificuldades muito grandes, tanto surda, também como outras deficiências, ou até múltiplas deficiências, e a gente precisa dar condição mínima para que as pessoas possam ter autonomia na sua vida e ter sucesso na sua carreira profissional e junto com isso até poder preparar a própria empresa para receber.

Eu concordo também com a fala aqui do deputado, que às vezes ele coloca uma proposta para cumprir uma meta estabelecida ou uma exigência da própria lei e que, às vezes, não oportuniza a condição de recepcionar esse futuro trabalhador nesse mercado de trabalho. A gente também pode trabalhar preparando as empresas para esse momento, que nós trabalhamos tanto o jovem, especialmente o adulto, que precisa do mercado de trabalho, mas também preparar as empresas para poderem recepcionar, porque a gente trabalha a questão de segurança, a questão ambiental.

Então, a gente precisa contribuir com o todo. É só para colocar à disposição, que existe uma autarquia de educação profissional do Estado que já tem uma política pública de educação inclusiva já iniciada. Precisamos ampliar. Nós estamos iniciando, mas a gente vai ser provocado, somos provocados pelo próprio, no momento é o surdo que procura, ele próprio vai atrás. Mas, a gente pode ampliar isso e preparar para que sejam efetivas essas ações da educação profissional. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Professora Adir. A senhora vai ser, sim, como Presidente do IDEP, super importante nessa evolução. Porque a Seduc, juntamente com a Seas, juntamente com a Sesau, vai fazer o básico, mas depois nós precisamos dar oportunidade de trabalho para esse jovem, para esse adulto. E o IDEP, com essa característica profissionalizante, pode dar oportunidade para essas pessoas aqui do nosso Estado. Obrigado pela participação da senhora.

Para finalizar, o último orador da Mesa. Eu quero convidar a Professora Marcilene, que é Secretária Municipal da Educação em Pimenta Bueno, e hoje aqui representa a UNDIME, é o órgão que rege todos Secretários Municipais da Educação do Estado de Rondônia, que tem uma participação muito ativa lá no GAEPE. Então, a Professora Marcilene está com a fala.

A SRA. MARCILENE RODRIGUES DA SILVA SOUZA - Boa noite a todos. Vou fazer minha autodescrição: sou de pele branca, cabelo com luzes, blusa branca e blazer azul, e uso óculos.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Cirone Deiró por essa iniciativa. Dizer que nós, Secretários de Educação, a

UNDIME, estamos felizes por estar aqui hoje. Quero aqui, em nome do Gideon, cumprimentar todos os Secretários aqui presentes e os demais que estão no público.

Hoje, a nossa Presidente da UNDIME não está aqui presente porque está representando o GAEPE Rondônia em Campo Grande. Então para nós, Dr. Paulo Curi, que está nos acompanhando, sabe do quanto é importante para a educação o GAEPE. E hoje nós estamos representando o GAEPE Rondônia em Campo Grande.

Então, gente, hoje para nós aqui é um motivo de alegria, um motivo de orgulho estarmos fazendo parte dessa Audiência. Uma Audiência Pública para tratar de políticas públicas educacionais na área da educação especial. Para nós, hoje, Secretários de Educação, é um desafio a educação especial, porque nós precisamos muito de profissionais multidisciplinares; nós precisamos de formação continuada para nossos profissionais e para o atendimento às famílias. Então, temos muita dificuldade.

Vejo, hoje, com essa parceria do Tribunal de Contas, essa parceria com os nossos deputados, esse projeto do Deputado Cirone Deiró vai trazer para nós uma luz na Educação, uma luz na educação especial.

Temos aqui hoje também iniciando o Fórum Permanente de Educação Especial de Rondônia, o qual eu e a Marlene fazemos parte, está iniciando, que também virá a somar conosco nessas políticas públicas da educação especial. Então, hoje, enquanto UNDIME, enquanto Secretária de Educação, nós queremos aqui dizer que estamos felizes e temos certeza que essa parceria Tribunal de Contas, Secretário de Educação, Prefeituras e Assembleia Legislativa vamos fazer a diferença.

Então, estamos aqui hoje para agradecer, deputado, o senhor por estar nos proporcionando esse momento. Essas mães que gritam por justiça, que estão sempre nas Secretarias de Educação, na Secretaria de Saúde, muitas vezes não conseguem chegar ao objetivo; como também o Tribunal de Contas, que faz um trabalho inovador na Educação de Rondônia.

Quero aqui me colocar à disposição, como também a todos os Secretários Municipais de Educação aqui representando, dizer que estamos à disposição e que queremos cada vez buscar mais, buscar políticas públicas inovadoras para a nossa educação especial. Estamos juntos para buscar sempre o que for melhor e trabalhar com nossos alunos uma educação de qualidade. Muito obrigada e gratidão a todos por esse trabalho, deste dia de hoje.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Professora Marcilene. Quero chamar o nosso *staff* fotógrafo. Por gentileza, o Dr. Paulo Curi vai fazer aqui uma entrega oficial desta auditoria feita pelo Tribunal de Contas, e eu gostaria que registrar aqui. Vamos ficar em pé, Dr. Paulo.

(Entrega do relatório e realização da foto oficial)

Obrigado, Dr. Paulo, a toda equipe do Tribunal de Contas pelo engajamento nesta auditoria - já foram nominados os nossos auditores.

Eu quero aqui, de forma especial, agradecer a cada um de vocês que puderam estar aqui nesta tarde, muitos aqui representando as suas entidades. Temos aqui Polícia Militar; Corpo de Bombeiros; as nossas universidades; nossas Secretarias de Educação; o terceiro setor, representado; os prefeitos, através do Aldo e do Cícero - que estão aqui

conosco -, todas as autoridades, a nossa gratidão a cada um de vocês.

A causa não é do Deputado Cirone, a causa é nossa, a luta é nossa, é em conjunto. Então, os profissionais que já lidam com os transtornos, nós temos a Dra. Tércia; as presidentes da APAE; da AMA; das Mães Coragem, a todos vocês.

A nossa gratidão, a vocês que estão de forma on-line nos assistindo, que não puderam estar aqui presentes, obrigado. Eu sei que vocês gostariam de estar aqui nesta Audiência - quantas mães, quantos pais me ligaram, mandaram mensagem: "Deputado, infelizmente, devido a esses protestos, nós não vamos estar aí porque nós não temos a certeza do retorno." Mas, eu sei que vocês estão torcendo, vão estar conosco nessa luta e como diz o nosso Presidente do Tribunal de Contas, vai ser votado pelos conselheiros essa auditoria feita, vão ser feitas as recomendações à Seduc, à Seas, à Sesau e nós vamos estar aqui acompanhando, atentos, fiscalizando, marcando novas Audiências, para que nós possamos dar uma satisfação a nossa sociedade.

Como bem diz o nosso Presidente, várias auditorias foram fracassadas, mas essa aqui vocês podem ter certeza, nós vamos estar com ela embaixo do braço. Com a ajuda de cada um de vocês, com a ajuda dos Secretários Municipais, do Governo do Estado, do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, que tem compromisso com a sociedade rondoniense, de nós melhorarmos a cada dia, Irany, a vida dessas crianças, desses jovens, desses adolescentes e das famílias rondonienses.

Obrigado, a cada um de vocês e antes de encerrar essa Sessão, eu quero convidá-los a irem aqui no Salão Nobre da Assembleia Legislativa, participar conosco de um coquetel, oferecido aqui pela Casa de Leis. A Casa de vocês, que aqui é a Casa do povo.

O senhor quer fazer alguma consideração, Dr. Paulo? Então, sem delongas, invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva; agradecemos a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos uma excelente noite a todos.

A minha gratidão a todos os servidores da Assembleia legislativa; aos profissionais da Taquigrafia; aos profissionais de libras; aos profissionais de imprensa, que estão aqui conosco. Gratidão a cada um de vocês. Que Deus possa recompensá-los grandemente. E vamos para o coquetel.

(Audiência Pública encerrada às 18 horas e 39 minutos)

(Sem revisão dos oradores)